



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19

20 **5ª Reunião da Câmara Técnica de Gestão**
21 **Territorial, Unidades de Conservação e Demais**
22 **Áreas Protegidas, CTGTUC.**

23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44

Brasília/DF.
23 de Abril de 2014.

(Transcrição ip[s]is verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

45 **SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
46 **CTGTUC)** – Bom dia. Meu nome é João Carlos Di Carli, eu sou Conselheiro
47 pela Confederação Agricultura de Pecuária do Brasil, CNA. Hoje eu estou aqui
48 como Vice-Presidente dessa Câmara Técnica e pela saída... Era você que era
49 presidenta da Câmara Técnica, é que são tantas Câmaras Técnicas que eu
50 não sei mais quem é quem. Ele falou ICMBio, eu lembrei do Marcelino que era
51 da outra Câmara Técnica. Nós estamos sem presidente nessa Câmara
52 Técnica, se não me engano desde outubro. Na última reunião fui eu que
53 presidi. Foi dezembro.

54

55

56 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
57 **DConama)** – No Grupo de Trabalho era o Doutor Paulo Nogueira. Bom, vamos
58 fazer uma rodada de apresentação primeiro?

59

60

61 **SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
62 **CTGTUC)** – Eu só estou explicando primeiro por que estou aqui como
63 Presidente hoje, porque está tendo essa vacância do Presidente. E eu vou
64 fazer essa rodada de apresentação e depois eu vou entrar com os informes
65 regimentais e uma solicitação que veio da Plenária do Conama. Vou
66 começando aqui se apresentar, por favor, instituição.

67

68

69 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
70 **DConama)** – Nós só pedimos que use o microfone, essa reunião é gravada, é
71 feita uma estenotipia disso.

72

73

74 **A SR^a. THAISE RACHEL SARMENTO (Ibrace)** – Bom dia. Thaise Sarmento,
75 do Ibrace.

76

77

78 **A SR^a. BRUNA DEVITO (ICMBio)** – Bom dia. Bruna Devito, ICMBio.

79

80

81 **A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Bom dia. Giovana Palazzi, do
82 ICMBio, em transição no retorno ao Ministério do Meio Ambiente.

83

84

85 **SR. FELIPE MELO REZENDE (COMAG/SIMAN/ICMBio)** – Felipe Melo
86 Rezende, ICMBio.

87

88

89 **A SR^a. DIONE MACEDO (MME)** – Dione Macedo, Ministério de Minas e
90 Energia.

91

92 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
93 **DConama)** – Adriana Mandarino, Departamento de Apoio ao Conama.

94

95

96**O SR. CRISOMAR RAIMUNDO DA SILVA LOBATO (SEMA/PA)** – Sou
97Crisomar Lobato, sou Diretor de Áreas Protegidas, da Secretaria de Meio
98Ambiente do Estado do Pará.

99

100

101**A SR^a. HELENA LUCIA DE AZEVEDO CAMPOS (Adema/SP)** – Helena
102Azevedo, Adema de São Paulo.

103

104

105**A SR^a. LEILA SWERTS (SRHU/MMA)** – Leila Swerts, Zona Costeira,
106Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA.

107

108

109**O SR. DONIZETE TOCASKI (Ecodata)** – Bom dia. Donizete, do Ecodata. Eu
110só estou acompanhando a reunião.

111

112

113**A SR^a. FABIANA (Conama)** – Bom dia. Fabiana, Conama.

114

115

116**O SR. HENRIQUE DINIZ (DConama)** – Henrique Diniz, Departamento de
117Apoio ao Conama.

118

119

120**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
121**CTGTUC)** – Dando início e seguindo a nossa pauta, faço o informa antes da
122eleição? Explico ou falo...

123

124

125**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
126**DConama)** – São duas coisas que eu gostaria de dar o informe. O primeiro
127ponto de pauta que nós temos que é isso que o nosso Presidente estava
128explicando, Vice-Presidente atuando como Presidente nessa Câmara. Nosso
129primeiro ponto de pauta é a eleição do Presidente e Vice porque a Giovanna
130acabou de assumir no Ministério do Meio Ambiente, antes ela era diretora do
131ICMBio e nessa condição ela presidia essa Câmara. Como tem uma vacância o
132Regimento Interno nos coloca que a primeira reunião após essa vacância seja
133feita a eleição de presidente e vice. É isso que está pautado. No entanto, o
134ICMBio me fez um pedido ontem a noite de que nós adiássemos essa eleição
135para a reunião seguinte, porque nós estamos a exatamente a uma semana da
136nomeação dos novos diretores e o ICMBio gostaria de trazer o nome de algum
137diretor para pleitear essa vaga. Então, isso é uma eleição, portanto, a critério
138dos senhores, mas o ICMBio precisaria de um pouco mais de tempo para
139poder ver exatamente o melhor perfil para isso. Então, consultando ontem o
140vice em exercício, João Carlos Di Carli ele me disse que colocaria isso à
141deliberação dos membros da Câmara. Então, eu trago essa solicitação de que
142nessa reunião o João Carlos conduza na condição de vice em exercício e nós
143adiemos isso para a próxima. Aproveito para fazer um informe em uma única
144intervenção, essa Câmara tinha alguns processos que estavam em andamento

145e processos um bocado truncados por questões de mudança na legislação. A
146Plenária passada a Ministra conduziu um balanço de tudo que estava em pauta
147e andamento no Conama, com vários assuntos tramitando na Câmara Técnica
148e conduziu o arquivamento de alguns dos processos, alguns deles desta
149Câmara, que eu passo a citar para conhecimento dos senhores um por um. Eu
150vou nomear um por um. Alguns processos diziam respeito à Resolução 303 e
151369 do Conama, todas elas diziam respeito à Código Florestal. Essas
152Resoluções, as minutas de revisão foram arquivadas em Plenário por indicação
153da Ministra como proponente dessas revisões, na medida em que o Novo
154Código Florestal trouxe alterações a essas matérias suplantando o pedido de
155revisão que estava em andamento. E na medida em que o próprio Código
156Florestal retirou do Conama a competência de dispor sobre questões como
157APP. Então, não tinha mais base e nem fundamentação legal para que o
158Conama fizesse revisão daquilo que deverá ser revogado. Então, vai tramitar
159por esta Câmara proposta de revisão e de revogação explícita de algumas
160Resoluções. Provavelmente a 303 e a própria 369 que são matérias sobre as
161quais o Conama não tem mais competência. Outra matéria desta Câmara que
162foi arquivada foi a capacidade de suporte para regiões metropolitanas, na
163verdade, essa matéria foi retirada da pauta numa negociação com o
164proponente da matéria, que é a Proam, o Conselheiro Bocuhy, houve uma
165negociação para que o Plenário fizesse um seminário que já estava previsto,
166que é para a discussão dos temas envolvidos nessa Minuta de Resolução. Aqui
167sequer ai fazer alguma coisa como instrumento normativo ou recomendação,
168ou Resolução, indicando alguns critérios para as regiões metropolitanas
169discernirem aquilo que seria uma capacidade de suporte transposta de um
170conceito da zona rural, da área mais dos ecossistemas para a área urbana.
171Como não tem indicativo suficiente, e isso é uma matéria que extrapola a
172competência do Conama em si porque é uma matéria que diz respeito à
173segurança, transporte, e vários outros indicadores de saúde, energia, várias
174matérias que não são puramente ambientais. Então, entendeu-se de fazer uma
175retirada dessa matéria, de discussão, e um seminário que abranja esses
176pontos. Uma outra Resolução que tramitava nessa Câmara... Perdão. Essa já é
177de outra Câmara. Então, foram essas as matérias que estavam nesta Câmara,
178foram arquivadas e outras virão como proposta de revisão. O Ministério,
179aproveito para adiantar a todos vem passando por uma série de mudanças que
180a ida da Giovanna do ICMBio para o Ministério já reflete esse início. Essas
181mudanças também afetarão o Conama. Está vindo para diretor do
182Departamento de Apoio ao Conama um advogado da União, que é o João
183Paulo, deve sair nomeação dele por esses dias e eu retorno à condição de
184gerente que eu era antes com o Nilo. Ele vem com uma tarefa explícita de fazer
185as revisões das Resoluções. São várias impactadas pela LC 140, pelo Código
186Florestal, ainda pela Política Nacional de Resíduos Sólidos. Então, essa
187mudança deve acontecer essa semana, já aproveito e conto para os senhores.
188João Paulo, ele é um advogado da Conjur e vem, e eu continuo junto na
189condição que eu tinha antes. E o Robson que era o gerente está indo para uma
190área de petróleo e gás, contingenciamento, vai trabalhar junto com a Giovanna.
191Emendei tudo.

192

193

194 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
195 **CTGTUC)** – Você não acabou de dizer que Conama vai tratar de Código
196 Florestal e entra uma pessoa como diretora para tratar do código?

197

198

199 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
200 **DConama)** – Para tratar das revisões impactadas pelo Código, porque são
201 muitas as Resoluções que dispunham sobre questões do Código. E aí
202 exatamente tem o trabalho que é eminentemente jurídica, com interface técnica
203 que é de fazer uma compilação e uma revisão. Na Plenária passada a Abema
204 ficou de fazer isso. Só que o Ministério entra também dando um aporte e já
205 ajudando numa redação.

206

207

208 *(Intervenções fora do microfone. Inaudível)*

209

210

211 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
212 **CTGTUC)** – Dando continuação aqui, em relação... O primeiro item de pauta
213 em relação a eleição do Presidente e Vice-Presidente. Eu conversei ontem com
214 a Adriana que eu não me sentia confortável de ficar presidindo a Câmara
215 Técnica porque eu não sou presidente da Câmara Técnica, eu sou vice. Então,
216 e a responsabilidade de presidente é muito maior do que somente ficar
217 sentando aqui na frente, em relação a elaboração de pauta, data de reunião,
218 dentre outras coisas. E eu disse para ela que como estava na pauta e como o
219 Regimento assim obriga na primeira reunião subsequente à falta da
220 presidência termos um Presidente, eu disse que eu ia jogar aqui na Câmara
221 Técnica o questionamento se vocês concordariam ir contra o Regimento e
222 empurrar por mais uma reunião a eleição para Presidente dessa Câmara.
223 Agora, eu vou dizer uma coisa pessoal, como Conselheiro, por mais que tenha
224 essa mudança, essa alteração dentro dos quadros, tanto do ICMBio quanto do
225 Governo, como do qualquer Ministério, eu acho uma falta de respeito nós
226 ficarmos mais de 6 meses sem indicação de uma pessoa, assim, para presidir
227 a Câmara. Então, eu acho que fica uma coisa meio... Depois a Ministra tem
228 reclamado em todas as plenárias da diminuição da ação do Conama, da
229 diminuição de reuniões do Conama, de Câmaras Técnicas em relação ao que
230 vem mudando a legislação ambiental e nós estamos numa Câmara Técnica
231 que também não está andando pela falta de uma presidência para dar
232 efetividade no que vem para frente. Na última eleição, eu me candidatei a
233 presidência, mas depois por acordo eu fiquei com vice. E eu ia de novo lançar
234 porque eu já fui presidente dessa Câmara Técnica, durante duas vezes
235 seguidas eu fui Presidente dessa Câmara Técnica e ia pleitear novamente a
236 presidência da Câmara Técnica. Hoje eu ai lançar a presidência novamente.
237 Jogo para os membros dessa Câmara Técnica aqui o que vocês, agora só os
238 Conselheiro, por favor, o que vocês desejam em relação a se adia a eleição ou
239 se nós seguimos o Regimento e seguimos com a eleição hoje. Começando
240 daqui da Thaise.

241

242

243A SR^a. **THAISE RACHEL SARMENTO (Ibrace)** – Eu acho que seria melhor
244adiar.

245

246

247A SR^a. **GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Nós passamos que nós
248passamos por algumas transições ano passado com relação às diretorias tanto
249do Instituto Chico Ministério Público Mendes e Departamento de Áreas
250Protegidas, nós passamos por um segundo ciclo de mudanças e eu acho que
251para o entendimento, inclusive para a implementação das políticas ou das
252orientações, das Resoluções, das recomendações propostas aqui na Câmara,
253eu acho que seria prudente o adiamento da eleição, reitero o que a Adriana
254falou enquanto proposta, justamente para que nós tenhamos um pouco mais
255da maturidade e consistência para não fazer um processo numa situação que
256nós estamos numa situação de transição efetivamente. Os diretores, o novo
257diretor do ICMBio deve estar assumindo por agora também, nós estamos ainda
258num período justamente de transição, a minha nomeação foi semana passada.
259Então, acho que nesse entendimento e para fortalecer a própria Câmara e o
260andamento dos trabalhos, eu acho que seria bem interessante o adiamento da
261votação. Essa é minha posição.

262

263

264A SR^a. **DIONE MACEDO (MME)** – Eu só concordo pela questão da transição
265de e adiar essa votação. Só pela questão da transição que está havendo no
266ICMBio e no MMA.

267

268

269O SR. **CRISOMAR RAIMUNDO DA SILVA LOBATO (Governo do estado do**
270**Pará)** – Bem, eu estou aflito hoje, mas pela nossa experiência nos Estados eu
271creio que nós precisamos acelerar os processos. Eu sou a favor de manter a
272votação.

273

274

275A SR^a. **HELENA LUCIA DE AZEVEDO CAMPOS (Adema/SP)** – Eu sou a
276favor de adiar até pelos motivos que a Giovanna expôs, por ser um momento
277de transição.

278

279

280O SR. **JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
281**CTGTUC)** – Ok. Então, são 4 a 2. Então, vamos deixar a eleição para a
282próxima reunião. Dando... Eu pediria que colocasse na tela, por favor, a
283transcrição da última reunião. Aprovação da transcrição *Ipsis Verbis* da 4^a
284CTGTUC, eu coloco em votação, se alguém tem alguma coisa ou alguma
285solicitação de alterar, ou se podemos aprovar do modo como ela se encontra.
286Se alguém for contrário se manifeste. Então, está aprovada a transcrição da 4^a
287reunião dessa Câmara Técnica.

288

289

290A SR^a. **ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
291**DConama)** – Para quem está chegando, o Crisomar e a Thaise, é exatamente
292isso, é feito o serviço de estenotipia e depois nós fazemos... Não tem ata dessa

293reunião. Tem um resultado que quem faz é o Departamento de Apoio, mas é
294um resultado muito conciso dizendo aprovado, rejeitados, aprovado com
295emendas e etc.. Todo o debate e toda a discussão à vida ela é gravada
296transcrita literalmente. Então, isso dá uma segurança para os membros da
297Câmara de do processo pelo qual se chegou a um determinado resultado.

298

299

300**SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
301**CTGTUC)** – E só para ficar claro, nós temos a estenotipia e a gravação. Então,
302praticamente tudo que é dito aqui e guardado até nas suas vírgulas e pontos.
303Então, dando continuidade vamos entrar aqui na Ordem do Dia. É rápido o
304documento hoje aqui, nós temos somente um processo para nós deliberarmos
305e vamos tentar terminar isso aqui antes do almoço. Eu também tenho outra
306reunião à tarde. 3.1, processo número 2000.000974/2010-07. GT sobre
307critérios e procedimentos para o monitoramento e a avaliação das unidades de
308conservação, a fim de estabelecer transparência, participação e fortalecimento
309na gestão do Snuc. Proponente foi a Fundação Onda Azul; procedência da 4ª
310reunião da CTGTUC, do ano passado. Tramitação, o ICMBio apresentou
311proposta de minuta de recomendação que foi trabalhada na 3ª reunião do GT,
312realizada no dia 13 de março de 2014, a minuta final será apresentada para a
313aprovação na Câmara Técnica. Eu participei dessa... De alguns GTs desse
314processo, foi solicitado que antigamente era uma Resolução e foi pedido para
315que se mudasse para uma recomendação, vou passar para o Felipe porque
316você que estava coordenando lá. Então, por favor, você como coordenador do
317grupo repasse as informações.

318

319

320**SR. FELIPE MELO REZENDE (COMAG/SIMAN/ICMBio)** – Não sei o texto
321da Resolução. Bom, o que foi tratado dessa Câmara Técnica, acho que tiveram
322vários debates e foi bem profícuo o trabalho. Inicialmente a proposta da
323Fundação Onda Azul era que houvesse uma Resolução no Conama adotando
324critérios e sistematizando esses critérios para que os Estados também
325adotassem para sistemas de avaliação de efetividade e monitoramento de
326gestão. E assim, eles davam bastante ênfase na proposta no sentido de ter
327uma participação popular é uma divulgação de resultados. Isso foi discutido
328bastante com os Estados, na ocasião que os Estados vieram mais em peso o
329que foi colocado muito era a preocupação dos Estados em conseguir
330internalizar isso na característica de uma Resolução. Então, a questão
331operacional mesmo. Vários Estados falaram que não teriam condições, pelos
332Sistemas Estaduais de Meio Ambiente, ou Sistemas Estaduais de Gestão de
333Áreas Protegidas deles, de unidades de conservação, eles não conseguiriam
334internalizar essa demanda de montar um sistema de avaliação de efetividade,
335por mais que já tivesse os critérios, mas eles não teriam gente, dinheiro e tudo
336mais. Porque alguns Estados já têm, mas nós temos diferentes universos para
337cada Estado. Então, isso foi alterado no sentido de se colocar uma
338recomendação, quer dizer, não teria aquele teor impositivo, por assim dizer. E
339dentro do texto da recomendação, nós tentamos internalizar o máximo
340justamente aquela recomendação que vinha justamente a proposta, quer dizer,
341a questão de você colocar a participação popular dentro da avaliação de
342gestão e na medida do possível de você dar publicidade a isso. Eu acho que o

343 texto ficou bem conciso, o texto que nós trabalhamos. Está ali agora a proposta
344 da recomendação. Eu não sei se o presidente me autoriza, de repente nós
345 fazermos uma leitura. Então, com licença gente, eu vou fazer uma leitura, às
346 vezes é um pouco chato, mas é importante para nós entendermos o teor. O
347 Conama no uso das suas atribuições e tendo em vista o disposto no Regimento
348 Interno, considerando o Decreto do PNMA, considerando as Metas de Aichi
349 que dentro dos Metas de Aichi nós temos claramente a proposta de que os
350 Estados deveriam, de que os Países deveriam adotar avaliações de
351 efetividade. Então, nós colocamos as Metas de Aichi. Considerando a
352 necessidade prévia dos órgãos gestores se instrumentalizarem para proceder a
353 avaliação de efetividade de gestão de unidades de conservação de forma
354 periódica, recomenda. Quer dizer, aí já nessa parte dos considerandos já está
355 bem claro o teor do que foi discutido. O estabelecimento de ferramentas por
356 parte dos órgãos gestores das unidades de conservação para a avaliação de
357 efetividade de gestão dessas unidades, que contemplem aspectos como
358 conservação da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais, bem
359 como o alcance dos seus objetivos propostos, atendendo, no que couber, os
360 indicadores globais de efetividade. Assim, a título de esclarecimento os
361 indicadores globais de efetividade, desde que digamos, entrou em pauta
362 mundialmente falando assim, o tema de gestão de áreas protegidas, de
363 efetividade de gestão, muito se discutiu de uma forma como que haveria a
364 possibilidade de se integrar os dados entre os diferentes Países. Então, foram
365 propostos indicadores globais de efetividade que acabam sendo quase como
366 uma inter-relação que cada Estado pode adotar, mas eles guardariam uma
367 correspondência com esses indicadores mais genéricos que são os indicadores
368 globais de efetividade. E isso você conseguir fazer uma análise comparativa
369 entre os diferentes países e eventualmente como nós colocamos aí também
370 entre os Estados, nós poderemos ter um parâmetro de comparação e não ficar
371 cada uma isolada. Daí no Inciso II a aplicação por parte dos órgãos gestores
372 das unidades de conservação, de avaliações de efetividade periódicas e
373 participativas, dois pontos que foram bastante colocados nas reuniões, que além
374 de servir de subsídio para tomada de decisão, sirvam para demonstrar o
375 avanço da implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação,
376 o Snuc. Quer dizer, isso vem ao encontro do que é o objetivo de uma avaliação
377 da efetividade, quer dizer, você conseguir avaliar a sua implementação e de
378 repente traçar estratégias mais adequadas, a partir de você verificar as
379 deficiências de gestão, os desafios de gestão. Então, servindo para esse
380 avanço da implementação e como subsídio para a tomada de decisão. E tornar
381 públicos os estudos e resultado das avaliações de efetividade de unidades de
382 conservação. Esse foi o texto que foi proposto, nós tentamos incorporar o
383 máximo o que estava dentro da proposta da Fundação Onda Azul sem alijar a
384 liberdade dos Estados de gerenciar os seus sistemas de avaliação de
385 efetividade. Obrigado.

386

387

388 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
389 **CTGTUC)** – Felipe do que porque saiu de Resolução para recomendação.
390 Teve um fato bem marcante que vocês colocaram.

391

392

393 **O SR. FELIPE MELO REZENDE (COMAG/SIMAN/ICMBio)** – Eu acho que já
394 até pontuei isso que é a situação justamente dos órgãos não terem a
395 capacidade operativa, alguns órgãos estaduais terem alegado que eles não
396 tramitam a capacidade operativa de montar um sistema de avaliação de
397 efetividade rápido, célere, responder essa demanda. Isso nós tivemos a
398 preocupação de colocar justamente ali em cima e bastante e...

399

400

401 **A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Além da questão dos
402 Estados, o que nós propusemos nas discussões do GT é que se tivesse uma
403 situação transitória. Então, começando com uma recomendação, como
404 orientação única com relação à avaliação de efetividade e os mecanismos de
405 monitoramento, para que num segundo momento isso se tornasse, sim, uma
406 Resolução com os critérios indicadores. Eu acho que essa recomendação eu
407 acho é bom ficar o registro da transitoriedade dessa recomendação com uma
408 Resolução a seguir a ser discutidas nos próximos anos.

409

410

411 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
412 **CTGTUC)** – Ficou faltando, essa transição toda foi montada porque alguns
413 Estados alegaram que isso geraria custos e Resolução do Conama não pode
414 gerar custo para o Estado. O Estado tem... Porque poderia vir alguma entidade
415 externa ao sistema, entrar na justiça exigindo que o Estado fizesse por
416 imposição de uma Resolução, todo esse monitoramento e avaliação, sendo
417 que alguns Estados não tinham condição nenhuma de começar a implementar
418 isso. Então, por isso também se mudou a Resolução para não criar essa
419 imposição junto aos órgãos estaduais e municipais que fazem o gerenciamento
420 de unidades de conservação. Eu vou abrir para discussões. Alguém gostaria de
421 falar algo sobre essa recomendação?

422

423

424 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
425 **DConama)** – Só comentar os dois membros que acabaram de chegar, João
426 Vieira, da CNC e o Lorena Roberto, pelo MAPA.

427

428

429 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
430 **CTGTUC)** – Desculpa. Desculpa, não ter avisado.

431

432

433 *(Intervenções fora do microfone. Inaudível)*

434

435

436 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
437 **CTGTUC)** – Eu gostaria, eu vou colocar uma... Veio na minha cabeça isso aqui
438 agora, nesse considerando as Metas de Aichi, que foram internalizadas através
439 da Resolução Conabio 2006, não foram internalizadas porque como elas têm
440 alterações e custos, eu sei por que eu participei dessa Plenária da Conabio, a
441 Conabio lançou uma Resolução, a Conabio não tem no seu regimento a
442 possibilidade de deliberar porque ele é uma Comissão. E isso seria

443encaminhado para o Congresso internalizar as Metas de Aichi. Então, eu acho
444que ali não seria considerando as Metas de Aichi que foram internalizadas, é
445que serão entregues ao Congresso para serem internalizadas através da leitura
446da Resolução Conabio 06. Eu acho que seria mais assim.

447

448

449**A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Concordo. Acho que talvez
450tenhamos só que mudar o verbo com relação à internalizar. Porque, na
451verdade o Conabio tem uma função de viabilizar a Política Nacional da
452Biodiversidade a partir das recomendações e determinações. Enfim, que saem
453da Convenção de Diversidade Biológica. Então, eu acho que essa relação
454talvez é só uma questão de alteração de verbo e não necessariamente nós
455vamos dizer do Congresso Nacional e tal. Talvez apresentadas, ou
456estabelecidas.

457

458

459**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
460**CTGTUC)** – Recomendadas. Foram recomendadas.

461

462

463**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
464**DConama)** – Está me faltando o termo jurídico, eu fiquei pensando isso na
465CTAJ, eles vão realmente querer olhar isso, quando tem um tratado
466internacional as Metas de Aichi têm o peso de um tratado, que o Brasil é
467signatário. Então, eu acho que isso vale a pena explicar um pouco mais porque
468isso tem efeito mediante um Decreto Legislativo, que ainda não existe, mas eu
469acho que esse considerando vale a pena pontuar isso que, embora não exista
470o Decreto, a Conabio sinaliza e o Conama no âmbito da sua competência pode
471fazer. Então, o que está faltando construir é a competência do Conama, essas
472metas que ainda não são obrigatórias e mandatórias para efeito nacional, mas
473que como elas estão dentro da competência do Conama e o Conabio sinaliza,
474nós podemos já fazer uma recomendação.

475

476

477**O SR. JOÃO VIEIRA (CNC)** – Me perdoem se eu estiver falando algum
478absurdo, mas, por exemplo, o Ministério da Agricultura Cultura quando delega
479aos Estados o trabalho de defesa sanitária e animal, ele também repassa
480recursos para isso. O Ministério do Meio Ambiente, nesses Estados, nesses
481locais onde os Estados não têm condições de se estruturarem para
482implementar essa gestão, não seria o caso do Ministério do Meio Ambiente
483nessa delegação repassar recurso também? Eu estou dizendo isso porque nós
484estamos em um País que tem dinheiro, é um País que tem recurso nos Fundos
485Nacionais de Meio Ambiente, tem como ter dinheiro no Fundo Estadual do
486Meio Ambiente e tem como ter dinheiro no Fundo Municipal do Meio Ambiente,
487tem que se fazer cumprir isso, tem que se criar os fundos, aportar recursos
488nesses fundos e aí sim nós temos recursos para implantar. Eu estou dizendo
489por que se é para nós fazermos a cadeia completa, vamos fazer. Não é só
490darmos sugestões que às vezes acaba ficando inviabilizadas. Perdoem se falei
491algum absurdo, mas outros Ministérios agem dessa forma, aportando recurso
492onde não tem. Eu diria que são poucos Estados no Brasil hoje que nós

493 poderíamos atribuir não ter recursos, ou não ter pelo menos condições de
494 arrecadar recurso, pega essa região do Norte aí que está sendo implantada
495 uma grande fronteira agrícola na implantação de soja, de pecuária. Todos
496 esses processos têm licenciamento ambiental, licenciamento ambiental gera
497 receita, gera multa, gera multas, inevitavelmente que vão para os fundos.
498 Então, eu acho que eu sei que nós estamos lidando com uma realidade, mas
499 vamos almejar então o que seria o ideal que são esses locais que não têm
500 recursos passem a ter. Não sei, aqui através do Conama se nós conseguimos,
501 não conseguirmos tratar dessa questão, mas como quem está aqui não está só
502 aqui, está em outros lugares também, nos outros lugares onde nós estejamos,
503 que possamos influenciar nesse sentido, nós temos que saber que tem que
504 buscar o recurso para isso.

505

506

507 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
508 **CTGTUC)** – João, só para colocar uma coisa aqui. Em relação ao que você
509 colocou, eu vou tentar falar um pouco, porque na CNA nós trabalhamos muito
510 essa parte da ligação do Ministério da Agricultura com suas Secretárias de
511 Agricultura. Pelo que eu vejo dos meus colegas que trabalham nessa área, no
512 Ministério da Agricultura eu acho um pouco diferente porque eles impõem uma
513 legislação, eles colocam uma exigência e que se você não seguir aquela
514 exigência, eu vou dar o exemplo da aftosa, que é o grande marco hoje que nós
515 podemos colocar. Eu te ajudo e você vai colocar agora, se você não quiser,
516 tudo bem, só que você não tira boi de dentro do seu Estado. Ou município,
517 você não tira boi de dentro do Município. Então, é uma imposição e existe esse
518 acordo. E outra também, eu digo isso porque se não me engano foi por
519 iniciativa da CNA até, se cobrava R\$ 1,00, não sei se mudou esse valor, R\$
520 1,00 de cada arroba de boi para se fazer um Fundo, mas era em fundo privado,
521 e esse fundo seria utilizado para oferecer às Secretárias Estaduais de
522 Agricultura, modos de efetivar a vacinação e a as vacinas. Tanto é que nós
523 doamos vacina para o Paraguai, nós doamos vacina para todas as fronteiras e
524 para áreas indígenas. E ainda tem se no caso de ter um surto de você
525 indenizar o boi que teve que ser abatido para o bem das outras, mas aí existe
526 um fundo privado dentro de uma imposição, vou até dizer internacional em
527 cima do Brasil. No caso de parques, é uma coisa mais interna, não é uma
528 exigência internacional, por mais que tenha ali naquela Meta de Aichi ali, nós já
529 passamos essas metas há muito tempo. As duas metas 17% terrestre e 10%...
530 Eu acho que só não passamos da Marinha. Na Marinha, só não passamos na
531 Marinha, nas outra nós conseguimos. E existe até uma dúvida em relação a
532 Marinha, se praia entra no meio, que aí tem uma outra briga aí que vai ser
533 decidida ainda. APP, reserva legal, áreas indígenas, tudo conta como essas
534 Metas de Aichi. E é o Estado ou o Município que deseja criar um parque, aí eu
535 acho que de repente de se eu sou, sei lá, Estado de Mato Grosso, Mato Grosso
536 do Sul que nem você é, e eu vejo que o Estado vai me dar dinheiro para eu
537 gerir unidade de conservação, eu crio mais 10. Aí tira a responsabilidade do
538 Estado em relação a fazer a gerência daquilo ali. Enquanto, nesse outro caso
539 que você utilizou é diferente porque entra já a iniciativa privada em relação a
540 defesa sanitária internacional. Eu coloquei só um pouco do meu pensamento
541 como o CNA. E outra, o Conama não pode... Nós não trabalhamos com
542 orçamento, nós não podemos nem dizer para onde vai dinheiro e nem que a

543 pessoa está devendo dinheiro. Nós só colocamos padrões, metas, padrões
544 metas e critérios para qualidade do meio ambiente.

545

546

547 **A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Eu vou começar só fazendo
548 alguns esclarecimento de traz para frente, a partir das duas colocações,
549 primeiro com relação as Metas de Aichi, realmente se nós formos fazer o
550 somatório as áreas terrestres nós temos mais de 17% só em... Tem 16.8%
551 penas em unidades de conservação sem contar as outras formas de proteção
552 territorial como levantadas aqui. Mas tem um porém, a meta ela fala também
553 de áreas representativas. Então, o Brasil é um País muito grande, diversos
554 biomas, então a representatividade nós temos um desequilíbrio muito grande
555 entre a Amazônia e outras regiões. Nós temos o Pampa com áreas reduzidas,
556 por exemplo, em número de unidades de conservação. Então, a própria
557 Caatinga ainda é um bioma que nós ainda temos poucas áreas protegidas,
558 inclusive as terras indígenas são menores, se você vai falar reserva legal
559 também são áreas menores. Então, há uma desproporção que nós precisamos
560 dar uma atenção também quando fala das Metas de Aichi. Com relação à
561 recomendação e recursos, e tudo mais, acho que nós temos que observar
562 algumas coisas, primeiro isso é uma recomendação de avaliação, não é uma
563 recomendação de implementação para unidades de conservação, o que nós
564 queremos é a transparência da informação sobre o status, vamos dizer assim,
565 de conservação e de gestão de cada uma dessas áreas. Eu me lembro na
566 proposta da Fundação Onda Azul deixavam claros, que aqui nós substituímos
567 pelos indicadores globais de efetividade, mais os pontos que seriam avaliados,
568 e isso entra sistema de proteção, isso entra pesquisa realizada, enfim,
569 planejamento. Então, eu acho que são os instrumentos necessários para a
570 conservação. Então, por ser uma recomendação eu acho que os recursos, eles
571 inclusive vêm de outras formas. Eu vou dar um exemplo para vocês, nós temos
572 o Programa Arpa, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia que são só
573 aporta recursos para a implementação de unidades federais e estaduais, mas
574 também aplica o acompanhamento e a avaliação da efetividade duas vezes ao
575 ano dessas unidades de conservação. Então, nós temos experiências que
576 também há o aporte de recursos com recursos orçamentários, mas também de
577 doação internacional para que nós garantamos a implementação e a efetivação
578 dessas áreas. Inclusive, a realização das avaliações periódicas de
579 monitoramento a partir dos sistemas estabelecidos pelo Ministério do Meio
580 Ambiente no âmbito do programa. Então, eu acho que isso são condições que
581 nós também devemos observar que existem várias fontes de recurso e quem
582 catalisa esses recursos para as unidades de conservação é o Ministério do
583 Meio Ambiente. Então, eu acho que isso nós temos que também ter essa
584 clareza de buscar outras fontes com certeza. Então, eu acho que pensar talvez
585 no Fundo Nacional, pensar editais. Eu acho que essas são propostas que
586 podem ser levadas pelo Departamento de Áreas Protegidas, ou pelo próprio
587 Instituto Chico Mendes, como pautas ou temas interessantes de se ter como
588 editais específicos para isso. Eu acho que é válida a colocação, mas é só para
589 dizer que já existem algumas iniciativas em andamentos com aporte de
590 recursos, ou recursos captados pelo Ministério do Meio Ambiente. Obrigada.

591

592

593 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
594 **CTGTUC)** – Alguém mais quer falar sobre a recomendação?

595

596

597 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
598 **DConama)** – Eu estou aqui lendo e eu estou vendo uma outra questão, além
599 da mudança naquele considerando que nós vamos ter que ver, tem uma mera
600 questão formal, mas que eu acho que vale a pena trocar, que é no Inciso III
601 porque nós recomendamos, aí vem o estabelecimento ou a aplicação, depois
602 vem o verbo tornar públicos os estudos. Então, para manter uma coerência
603 redacional nós temos que trocar o verbo por um substantivo, eu não sei
604 exatamente quais, mas nós poderíamos começar por essa mudança que é
605 mais simples e depois faz que a mais complexa que é das Metas de Aichi.

606

607

608 **A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Ainda na consideração sobre
609 a Minuta, nós lermos várias vezes, mas sempre achamos mais algum coisinha.
610 Talvez a referência dos indicadores globais de efetividade, valeria a pena
611 destacar os indicadores globais de efetividade do plano de trabalho de áreas
612 protegidas, para nós não termos... O que são esses indicadores globais. Eu
613 acho que nem todo mundo tem familiaridade com o tema e eu acho que nós
614 poderíamos só complementar o finalzinho dando só a referência da origem dos
615 indicadores.

616

617

618 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
619 **CTGTUC)** – Se não me engano ao colocar indicadores globais de efetividade
620 foi exatamente para deixar amplo, porque diz que cada Estado utilizava um
621 indicador global de efetividade diferente do outro. Então, colocou ele em aberto
622 exatamente para não ter que se seguir a um, porque diz que era quase
623 impossível a partir de hoje todos seguirem esse porque vários Estados já têm
624 um outro tipo. Então, colocando isso aqui poderia colocar todo o trabalho que já
625 está sendo tratado, em vão.

626

627

628 **O SR. FELIPE MELO REZENDE (COMAG/SIMAN/ICMBio)** – Assim, só uma
629 interpretação, assim, está diferente a história. Os indicadores globais de
630 efetividade que tão aí eles são realmente esses que a Giovanna está
631 colocando, eles são genéricos, esses que foram trabalhados dentro do Plano
632 Nacional de Áreas Protegidas são exatamente os indicadores globais de
633 efetividade e eles possuem essa característica de generalidade, exatamente
634 para os Estados poderem incorporar a partir dos indicadores que eles tiverem,
635 entrar dentro dos indicadores globais de efetividade. Então, eu acho que da
636 recomendação é um referencial interessante. até de colocar. Mas é que eu não
637 tinha só colocado essa especificidade, é uma especificidade que não
638 específica, é uma especificidade, digamos, porque você acaba só adotando o
639 nome completo dos indicadores globais de efetividade.

640

641

642 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
643 **CTGTUC)** – Então, vamos começar a consertar o documento. Na primeira linha
644 considerando as Metas de Aichi da Biodiversidade, que foram recomendadas,
645 não é Lorena?

646

647

648 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Que de fato
649 foram.

650

651

652 *(Intervenções fora do microfone. Inaudível)*

653

654

655 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
656 **CTGTUC)** – Que foram recomendadas.

657

658

659 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – O texto
660 recomendo ao Governo Federal que tome providências para adotá-las. Esse é
661 o texto.

662

663

664 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
665 **CTGTUC)** – Que foram recomendados através da Resolução Conabio 06. É
666 Resolução mesmo Conabio? Não sei se existe Resolução do Conabio. É
667 Resolução?

668

669

670 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Chama-se
671 Resolução.

672

673

674 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
675 **CTGTUC)** – Então, ó vai ficar assim agora: considerando as Metas de Aichi de
676 Biodiversidade, que foram recomendadas através da Resolução Conabio 06,
677 de 03 de setembro de 2013, e que em sua Meta 11 do objetivo estratégico C
678 estabelece que até 2020 pelo menos 17% de áreas terrestres e de águas
679 continentais, e 10% de águas marinhas e costeiras serão geridas de maneira
680 efetiva e equitativa.

681

682

683 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – E não é
684 estabelece, é recomenda. Você recomenda.

685

686

687 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
688 **CTGTUC)** – depois de estratégico C ali, recomenda que até 2020 pelo menos
689 17%. Quem for contrário a essa alteração, por favor, se manifeste.

690

691

692 **A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Eu continuo achando que
693 não tem muita coerência porque considerando as Metas de Aichi de
694 Biodiversidade que foram recomendados através da Resolução Conabio 06,
695 não. As Metas de Aichi são estabelecidas pela CDB e de alguma forma elas
696 são “traduzidas” por meio da Resolução Conabio. Então assim, nós temos uma
697 referência hierárquica, não é a Resolução Conabio que estabelece as Metas.
698 Então, isso é que nós temos que só...

699

700

701 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
702 **CTGTUC)** – Considerando as internalização das Metas de Aichi de
703 Biodiversidade que foram recomendadas...

704

705

706 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Espera um
707 pouco, deixa-me explicar. As Metas e linhas gerais, para quem não sabe, as
708 metas foram recomendadas em linhas gerais pela CDB e, inclusive não é uma
709 obrigação, é uma recomendação pelo próprio texto em que a CDB recomenda
710 as metas. A CDB também recomenda que cada País adapte aquele texto inicial
711 internamente. E foi o que a Conabio fez, a Conabio pegou o texto, chamou a
712 sociedade civil, vamos traduzir esse texto para o Brasil. Traduzir no sentido de
713 vamos reescrevê-lo para a situação brasileira. Então, ele foi reinscrito para a
714 situação brasileira, mas o verbo é recomendar desde o início porque
715 internalizar teria que isso ser ratificado pelo Congresso Brasileiro.

716

717

718 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
719 **CTGTUC)** – Lorena, eu entendi o que você está dizendo, mas é que parece
720 que as Metas de Aichi foram feitas pela Conabio, o modo como está escrito.
721 Isso é que ela está colocando. Então...

722

723

724 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Então,
725 considerando as Metas de Aichi, recomendadas pela CDB. É que não tenho
726 aqui...

727

728

729 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
730 **CTGTUC)** – É que vai ficar recomendadas pela CDB, recomendadas pela
731 Conabio, que recomenda até 2020. Eu vi considerando a internalização das
732 Metas de Aichi que foram...

733

734

735 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Não é das
736 Metas de Aichi da Convenção de Diversidade Biológica, para ficar claro que as
737 Metas de Aichi são lá da Convenção. Aí nem precisa do recomendadas. Da
738 Convenção de Diversidade Biológica.

739

740

741 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
742 **CTGTUC)** – Coloca antes de CDB, porque nós não escrevemos no lugar CDB.
743 Da Convenção para a Diversidade Biológica, para a Diversidade Biológica,
744 traço CDB. Aí seria não seria recomendado. Foram traduzidos.

745

746

747 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Pode só trocar
748 a ordem, que foram recomendadas pela Conabio, mediante... João, poderia
749 trocar só a ordem das palavras para ficar mais... Que foram recomendadas
750 pelo Conabio mediante a sua Resolução. Que foram recomendadas pelo
751 Conabio.

752

753

754 **A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Posso dar uma sugestão. O
755 que nós podemos fazer é deixar somente as Metas de Aichi, que é a meta 11,
756 objetivo estratégico C, que isso é tudo referente às Metas de Aichi da CDB, e
757 depois nós falamos assim: considerando a Resolução Conabio 06 e tal, e aí
758 nós colocamos o caput da Resolução, eu busco aqui rapidinho o que é o caput
759 e separa em dois parágrafos, porque realmente assim a redação está confusa.

760

761

762 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
763 **CTGTUC)** – Não podemos colocar o considerando as Metas de Aichi porque
764 para nós oficialmente elas não existem.

765

766

767 **A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Existem. O Brasil é signatário
768 da Convenção.

769

770

771 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
772 **CTGTUC)** – Signatário não quer dizer que o Brasil aceitou. Negativo. O que
773 existe é que o Governo Brasileiro deu um sinal, o Governo que eu digo é o
774 Governo Federal, deu um sinal, o Executivo deu um sinal de que está disposto
775 a assumir as Metas de Aichi, mas somente podem ser... Ela só entra como
776 norma legal no Brasil...

777

778

779 **A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Eu não vou discutir a norma
780 legal, o que eu estou sugerindo então é o seguinte: separa a frase, coloca a
781 Convenção e relaciona a meta 11 de Aichi, ao final nós dizemos, repetimos o
782 caput do que está na Resolução 06 da Conabio, ao fim da frase, não
783 precisa separar, é só separar a sentença porque a sentença está confusa
784 colocando a Resolução ao meio. Não precisa separar em duas, pode ser na
785 mesma. Eu não vou discutir aqui a legalidade, internalização em nada disso
786 porque eu acho que aqui não é o fórum.

787

788

789 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
790 **CTGTUC)** – Como seria a proposta.

791

792

793 **A SR^a. DIONE MACEDO (MME)** – Eu não sei se seria interessante puxar só a
794 Meta 11 ali, considerando a Meta 11 do objetivo estratégico C da Metas de
795 Aichi de Biodiversidade, da Convenção para Biodiversidade Biológica...

796

797

798 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Só está
799 invertendo a frase, a frase é a mesma.

800

801

802 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
803 **CTGTUC)** – Eu estou entendendo o que vocês estão colocando em cima da
804 alteração, dentro da frase, mas o que eu estou dizendo é outra coisa, porque
805 se, por exemplo, o Congresso Nacional deliberar que não vai aceitar a Meta de
806 Aichi ela não entra no Brasil, por mais que o Brasil seja signatário ela não entra
807 no regime jurídico brasileiro. Então, o modo como vocês estão colocando,
808 mesmo mudando, é como se nós já tivéssemos aceitado, internalizado ela
809 como uma norma brasileira e ela não foi ainda.

810

811

812 **A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Eu discordo, João, porque
813 realmente o que nós estamos falando é, fazendo referência a um tratado, a
814 uma Convenção Internacional que o Brasil é signatário e diz que considerando
815 as Metas de Aichi, que em sua Meta 11 o objetivo estratégico C recomenda
816 que até 2020 pelo menos 17% e tal... Vírgula. Recomendadas, aí nós vemos o
817 verbo porque eu acho que o verbo do caput da Resolução ele é bem
818 específico, aprovado na Conabio e nós repetimos o caput ao final da frase
819 fazendo menção à Resolução número 6.

820

821

822 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
823 **CTGTUC)** – Eu vou colocar um outro exemplo. A FAO colocou que o Brasil tem
824 que aumentar a sua área cultivada em 40%. Colocou no último documento que
825 o Brasil é signatário e etc., só que o Brasil não aceitou isso. Porque nós temos
826 norma internas que colocam restrições de uso de área no Brasil. Isso é que eu
827 estou tentando colocar. Então, é a mesma coisa das Metas de Aichi, as Metas
828 de Aichi existem? Existem. Que o Brasil é signatário? Ele é signatário. Agora,
829 nós não podemos colocar num documento público, isso aqui vai ser assinado
830 pela Ministra, nós não podemos colocar num documento público, que vai sair
831 no Diário Oficial dizendo que a Meta de Aichi já está dentro do Brasil, sendo
832 que não está. Você não pode seguir as regras das Metas de Aichi porque elas
833 não foram internalizadas ainda. É isso que estou dizendo. Existe uma
834 recomendação para que o Congresso Nacional aceite, mas ele pode não
835 aceitar e essa Resolução vai ficar feia porque está lá dizendo que nós estamos
836 considerando uma coisa que o Brasil não aceitou. Isso que eu estou colocando.
837 Ela não é um norma legal ainda.

838

839

840 **SR. CRISOMAR RAIMUNDO DA SILVA LOBATO (SEMA/PA)** – Eu entendo
841 que as Metas de Aichi já estão definidas, 17 e 10%, ela estão apenas dispostas
842 na Resolução Conabio 06, tem que retirar que foram recomendados mediante,
843 não. Vírgula, dispostas na Resolução Conabio 06. Não está impondo, ela está
844 disposta na Resolução, está lá.

845

846

847 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
848 **DConama)** – Eu tenho ainda uma outra possibilidade de redação, vamos ver
849 se melhora. Considerando as Metas de Aichi, da Convenção de Diversidades
850 Biológica, cuja aplicação foi recomendada. Resolve? Cujas aplicações foram
851 recomendadas pela Resolução Conabio. Então, são duas possibilidades de
852 redação.

853

854

855 **SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Está melhor
856 porque disposta pode estar enganando o leitor que está achando que já é lei no
857 Brasil.

858

859

860 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
861 **DConama)** – Foi recomendada pela Resolução Conabio. Então, com isso nós
862 não... Porque o João Carlos está certo nessa questão do Congresso Nacional
863 que pode eventualmente, porque é uma função deles, não ratificar
864 necessariamente. Então, nós falamos que as metas, a aplicação é que foi pela
865 Resolução Conabio e com isso sai do impasse. Agora a Leila lembrou ali uma
866 questão da questão, ainda assim tem uma questão que tem que ser invertida
867 porque quando você lê não está claro.

868

869

870 **SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
871 **CTGTUC)** – Acho que nós nem deveríamos colocar isso aí.

872

873

874 *(Intervenções fora do microfone. Inaudível) (Falas sobrepostas)*

875

876

877 **SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
878 **CTGTUC)** – Vão estudando, enquanto isso eu vou falando alguma coisa aqui.

879

880

881 **A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Considerando a Meta 11 do
882 objetivo estratégico C das Metas de Aichi... Objetivo estratégico C...

883

884

885 *(Intervenções fora do microfone. Inaudível)*

886

887

888A SR^a. **DIONE MACEDO (MME)** – Considerando a Meta 11 do objetivo
889estratégico C das metas de Aichi de Biodiversidade da Convenção para
890Diversidade Biológica, CDB, que recomenda... A qual recomenda?

891

892

893A SR^a. **ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
894**DConama)** – Não. Que recomenda até 2020 que pelo menos...

895

896

897A SR^a. **DIONE MACEDO (MME)** – Que recomenda, até 2020 que pelo
898menos... Tem que ter o que sim. Que pelo menos 17% das áreas terrestres de
899áreas continentais e 10% de áreas marinhas e costeiras, serão geridas de
900mineira efetiva e equitativa, cuja aplicação foi recomendada pela...

901

902

903O SR. **ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Para até 2020.

904

905

906*(Intervenções fora do microfone. Inaudível) (Falas sobrepostas)*

907

908

909A SR^a. **DIONE MACEDO (MME)** – Eu acho que depois de recomenda pode
910colocar recomenda até 2020 a gestão de modo efetivo e equitativo ou a gestão
911efetiva e equitativa de pelo menos e tal.

912

913

914A SR^a. **HELENA LUCIA DE AZEVEDO CAMPOS (Adema/SP)** – Tem que ter
915um que ali antes do até, porque até 2020 não, que até. Exatamente. Tem que
916ter.

917

918

919A SR^a. **DIONE MACEDO (MME)** – A gestão efetiva e equitativa de pelo menos
92017% e 10% das áreas e tal... Tira de pelo menos, tira serão geridas e...

921

922

923A SR^a. **HELENA LUCIA DE AZEVEDO CAMPOS (Adema/SP)** – Que até 2020
924e não até 2020, que ela recomenda que...

925

926

927A SR^a. **DIONE MACEDO (MME)** – Recomenda até 2020, vírgula de novo, a
928gestão efetiva e equitativa está sendo recomendada até 2020, de pelo menos
929tudo isso aí.

930

931

932A SR^a. **HELENA LUCIA DE AZEVEDO CAMPOS (Adema/SP)** – De que até
9332020 seja implementada.

934

935

936A SR^a. **DIONE MACEDO (MME)** – Sem o que. Que recomenda, que
937recomenda, tira o que, até 2020, a gestão efetiva e equitativa.

938

939

940 **SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
941 **CTGTUC)** – Que recomendo até 2020. Está certo.

942

943

944 **A SR^a. DIONE MACEDO (MME)** – Recomendo, tira o que, até 2020, a gestão
945 efetiva e equitativa de pelo menos...

946

947

948 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
949 **DConama)** – Isso é uma coisa. Poderia ter um ponto.

950

951

952 **A SR^a. HELENA LUCIA DE AZEVEDO CAMPOS (Adema/SP)** – Acho que
953 recomenda, até 2020, porque não tem está...

954

955

956 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
957 **DConama)** – Uma sugestão. Você considera, em um considerando você fala
958 das Metas de Aichi, 10%, 17 e etc. e etc., em outro parágrafo você fala
959 considerando que a meta a cima foi recomendada pela Resolução Conabio, aí
960 com isso você supre a lacuna do Congresso Nacional, sem extrapolar a
961 competência. Com isso você diz que aquilo lá já tem uma Resolução do
962 Conabio que recomenda a aplicação daquilo. Em outro considerando.

963

964

965 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
966 **CTGTUC)** – Nós vamos fazer uma leitura ampla aqui. Considerando a Meta 11
967 do objetivo estratégico C, das Metas de Aichi de Biodiversidade da Convenção
968 para a Diversidade Biológica, CDB. Eu acho que depois de 11 não teria a
969 vírgula, considerando a Meta 11 do objetivo estratégico C, não tem vírgula.
970 Então, vamos lá no final, para a diversidade biológica, CDB, para mim não é
971 que é a qual. A qual porque está se referindo à meta. A qual recomenda...
972 Estava cheio de que dentro da Resolução, sempre tira. A qual recomenda até
973 2020

974

975

976 **A SR^a. HELENA LUCIA DE AZEVEDO CAMPOS (Adema/SP)** – não. Eu acho
977 que é até recomenda que. Até 2020. Textualmente é isso.

978

979

980 **SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
981 **CTGTUC)** – Eu acho que depois de recomenda não tinha vírgula, a qual
982 recomenda até 2020.

983

984

985 **A SR^a. HELENA LUCIA DE AZEVEDO CAMPOS (Adema/SP)** – Tem que ter
986 que ali, João Carlos.

987

988

989 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
990 **CTGTUC)** – Todo mundo acha que tem que ter o que? Então, beleza. Colegas,
991 Conselheiros, por favor, é que o colega aqui que está tratando do som está
992 pedindo para que vocês se identifiquem e falem ao microfone porque ele está
993 perdendo áudio lá. Eu peço desculpas porque eu abri a porteira. A qual
994 recomenda que. Teria essa vírgula depois de quê?

995

996

997 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
998 **DConama)** – Porque até o 2020 está um apostro.

999

1000

1001 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1002 **CTGTUC)** – Porque a qual recomenda até 2020, está parecendo linguagem de
1003 advogado que adora colocar vírgula.

1004

1005

1006 **A SRª. DIONE MACEDO (MME)** – Depois do até que, até 2020, seja feita a
1007 gestão efetiva.

1008

1009

1010 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1011 **CTGTUC)** – Deixa-me fazer a leitura. Deixa-me só terminar a leitura. A qual
1012 recomenda que até 2020 a gestão efetiva e equitativa de pelo menos 17% de
1013 áreas terrestres e de águas continentais, e 10% de áreas marinhas e costeiras,
1014 cuja aplicação foi recomendada pela Resolução Conabio de 2006.

1015

1016

1017 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1018 **DConama)** – Veja só, o até 2020 pode vir depois. Recomenda a gestão efetiva
1019 e equitativa de pelo menos 17% de áreas terrestres e tal, até 2020. A Meta 11
1020 recomenda isso. Então, até 2020 vai para depois de áreas marinhas e costeiras
1021 até 2020. O cuja aplicação foi pela Conabio, ainda insisto, me parece uma
1022 outra questão, que aí está meio deslocado porque a Meta 11 diz uma coisa e
1023 recomenda até 2020 está essa coisa. Recomenda a gestão efetiva até 2020.
1024 Ponto. Em outro considerando você fala a Resolução do Conabio.

1025

1026

1027 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1028 **CTGTUC)** – Eu acho que colocar um outro só para dizer uma coisa que está no
1029 de cima, nós estamos crescendo o papel. Porque o que nós estamos vendo
1030 aqui não é a Meta 11, lembrando aqui agora, nós não estamos lembrando a
1031 Meta 11 do objetivo estratégico C, porque senão me engano ela teve alteração
1032 na Resolução Conabio. Então, o que nós estamos considerando aqui é a
1033 recomendação feita pela Resolução Conabio, em cima da Meta 11 porque se
1034 não me engano a Conabio 06 ela alterou a Meta 11 para se adequar ao Brasil.
1035 Então, nós não estamos considerando a Meta 11, nós estamos considerando a
1036 Resolução Conabio. Não é?

1037

1038

1039**A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Isso já na Resolução 06 a
1040Meta 11, que até 2020 serão conservados por meio de unidades de
1041conservação, previstas na Lei do Snuc e outras categorias de áreas
1042oficialmente protegidas como APP, reservas legais e terras indígenas, com a
1043vegetação nativa, pelo menos 30% da Amazônia, 17% de cada um dos demais
1044biomas terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras. Principalmente áreas
1045de especial importância para a biodiversidade, serviços ecossistêmicos,
1046assegurada e respeitada a demarcação, a regularização e a gestão efetiva e
1047equitativa, que é o que nós falamos aqui, visando garantir a integração,
1048interligação e representação ecológica em paisagens terrestres e marinhas
1049mais amplas. Eu só vou falar mais duas coisas que estão dispostas claramente
1050na Resolução Conabio, primeiro que o Art. 1º diz que, bom, enfim,
1051considerando o Art. 2º e 6º do Decreto X, a Conabio resolve: adotar as metas
1052nacionais de biodiversidade para 2011/2020, de acordo com o anexo o propor
1053a sua implementação ao poder público federal. Então, eu acho que nós
1054poderíamos usar verbos similares ao que já está disposto na Resolução para
1055facilitar a nossa redação aqui. Então, é que isso eu vou...

1056

1057

1058**O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – De fato, o texto
1059não pode dar impressão de que nós usando o texto original da CDB, foi
1060modificado pela, talvez usar o termo adotado pela Conabio e recomendado
1061e/ou proposto como está escrito lá. Então, ficaria cuja aplicação foi
1062recomendada pela Conabio, cujo formato foi adotado pela Conabio, não
1063preciso escrever ainda, eu estou pensando. Cujo formato foi adotado pela
1064Conabio e proposto ao País, ou ao Governo Federal, conforme está escrito na
1065Resolução, porque aí nós não inventamos. Ela tem toda razão, nós usando o
1066que está lá na Conabio não tem discussão. Ela acabou de ler. E os dois termos
1067que nós temos que usar, adotado ou adaptado, mas é melhor adotado, o ideal
1068seria adaptado porque realmente foi adaptado, mas o ideal no formato adotado
1069porque foram muitas modificações, se o leitor for remetido, se ele for abrir o
1070Google, “eu vou ver quais são as Metas de Aichi”, vai ficar uma coisa
1071completamente diferente. Ele tem que ir realmente no texto que foi adotado
1072pela Conabio.

1073

1074

1075**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1076**CTGTUC)** – Só tentar colocar aqui, só tentar achar aqui, mas eu quero falar um
1077negócio aqui do... Primeiro, eu acho que considerando a recomendação dada
1078pela Resolução Conabio 06, nós temos que começar assim, porque é
1079exatamente o que o Roberto colocou que estamos pegando o que foi
1080internalizado. Então, considerando a recomendação pela Resolução Conabio
108106 e tal, em específico à Meta 11, aí eu vou dizer com a minha sugestão, de
1082nós pararmos em Diversidade Biológica, CDB. Ponto. Isso é um considerando.
1083Considerando não é para nós repetirmos o texto é para a pessoa que vai ler
1084isso aqui se remeter a buscar a Conabio 06, que trata. Ele vai lá, então ele vai
1085buscar a Meta 11 do objetivo C, da Conabio 06. E não nós repetirmos o que
1086tem lá, porque como foi dito aqui pelo Giovanna tem muito mais coisas escritas
1087lá e eu disse isso no GT, tem muito mais coisas escritas na Meta 06, que a

1088 pessoa que não conhece, na meta 11 da Conabio, que a pessoa que for, tiver
1089 preguiça em ir atrás da Resolução vai achar que ela trata só disso. E não. Tem
1090 muito mais coisa dentro dessa Meta 11, do objetivo C, do que a Resolução
1091 Conabio 06 colocou. Então, a minha sugestão é que pare em... Seria
1092 considerando a recomendação dada pela Resolução Conabio tal, relativo a
1093 Meta 11 C, das Metas de Aichi de Biodiversidade, Convenção para Diversidade
1094 Biológica, CDB. Ponto. Essa seria minha sugestão.

1095

1096

1097 **A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Um pouco só melhorando a
1098 sua sugestão, contribuindo um pouquinho mais, porque eu acho que ou nós
1099 mantemos a Resolução, que faz referência já direta às metas. Então, nós
1100 poderíamos dizer considerando o disposto na Resolução Conabio e tal. E aí ou
1101 nós usamos a decisão porque, na verdade, o que a Resolução Conabio dispõe
1102 é sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020, e isso está no caput
1103 da Resolução. Então, se nós fizermos referência a isso eu acho que é o
1104 suficiente que nós não precisamos enfatizar esses tópicos e aí eu concordo
1105 porque ela realmente... O texto a gestão efetiva e equitativa e tal, na
1106 contribuição simplificar o parágrafo e dizer considerando o disposto na
1107 Resolução Conabio 06.

1108

1109

1110 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1111 **CTGTUC)** – Não pode ser o disposto que é recomendação.

1112

1113

1114 **A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Mas o texto é dispõe sobre.
1115 Isso está na Resolução aprovada.

1116

1117

1118 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1119 **CTGTUC)** – Eu concordo com você que o que o texto da Resolução Conabio
1120 diz é isso, só que o que nós estamos colocando aqui, sendo outra entidade do
1121 Ministério do Meio Ambiente, o Conama, é que não é o disposto na Resolução,
1122 é o que eles recomendam. Entendeu? Porque está disposto, já está disposto
1123 porque ela foi publicada, agora, que é uma recomendação que a Conabio fez
1124 para o Governo Federal, é uma recomendação, porque considerando o
1125 disposto na Resolução parece que ela já está valendo como Resolução do
1126 Conama e não está. Ela é uma recomendação ao Governo Federal. Para ser
1127 ainda ser deliberada pelo Congresso Nacional.

1128

1129

1130 **A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Na minha leitura eu não
1131 tenho essa interpretação quando eu uso a palavra disposto, mas assim, se
1132 vocês acham que isso é melhor.

1133

1134

1135 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Eu acho
1136 fundamental ou nós usarmos as palavras que a Resolução mostrou, mas eu
1137 acho que a palavra recomendação traduz a adoção e proposição, eu acho que

1138é traduzido pela palavra recomendação. Eu realmente não fico confortável em
1139usar disposto porque para quem não foi lá ler o outro vai dizer: “puxa vida, olha
1140aí.

1141

1142

1143**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1144**CTGTUC)** – Então, considerando a recomendação disposta na Resolução tal.
1145Depois de considerando, esse que é o grande... Na realidade, na debaixo, na
1146azul. Na debaixo. Considerando a recomendação disposta na Resolução tal,
1147relativa a Meta 11 e depois de CDB você tinha uma continuação, não era
1148Giovanna e retirando o resto? O que você colocou?

1149

1150

1151**A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Não. O objetivo C referente
1152ao Plano Estratégico de Biodiversidade para 2020. Eu acho que terminarmos
1153aí, talvez não fale nem... Porque as Metas de Aichi é o nome fantasia do Plano
1154Estratégico.

1155

1156

1157**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1158**DConama)** – Você está no objetivo C, no azul. Depois de objetivo C ela vai te
1159dar a redação nova.

1160

1161

1162**A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Então, eu acho que nós
1163terminamos depois do objetivo estratégico C é que eu não está fazendo sentido
1164ainda, mas tudo bem. Só um minutinho. O objetivo estratégico C nós estamos
1165falando da Resolução ou das Metas de Aichi, volta a confusão. Então, ou nós
1166tratamos da Resolução ou nós colocamos primeiro as Metas de Aichi e depois
1167as Resolução, para mim continua incoerente a forma que está do ponto de
1168vista do entendimento do leitor. Ainda há uma confusão sobre as Metas e a
1169Resolução. Então, nós colocamos o guarda-chuva que é a Meta de Aichi e
1170encurta para a Resolução, ou nós deixamos a Resolução e pronto, porque ela
1171já faz referência, a própria Resolução faz referência às Metas de Aichi.

1172

1173

1174**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1175**CTGTUC)** – De repente a palavra relativo ali que não está sendo...
1176Considerando a recomendação, porque nós temos que ir atrás da
1177recomendação, da Resolução. Considerando a recomendação disposta na
1178Resolução Conabio 06, relativa... Então, não teria a palavra relativa, seria
1179considerando a recomendação.

1180

1181

1182**O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – João, ela está
1183propondo uma simplificação melhor. Experimenta fazer no texto. Ela está
1184propondo já o que cara vai ter que ler a Resolução do Conama, do Conabio,
1185tira a Meta de Aichi daí para não induzir o leitor a achar que tem que ir na
1186original. Então, considerando a recomendação disposta na Resolução C do

1187Conama. Relativa a Meta 11, do objetivo C. Ponto. Quando o cara for lá ele vai
1188ver que são Metas de Aichi. A sugestão dela é mais simples, é mais focada.

1189

1190

1191**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1192**CTGTUC)** – Então, termina no C ponto.

1193

1194

1195**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1196**DConama)** – Teria que ser pelo menos na Diversidade Biológica, CDB.

1197

1198

1199**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1200**CTGTUC)** – Não. Porque ela acabou de colocar aqui, porque a própria
1201Resolução Conabio já é das Metas de Aichi e da Convenção de Biodiversidade.

1202

1203

1204**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1205**DConama)** – Mas ali você não vai estar dizendo Metas de Aichi e nem nada.

1206

1207

1208**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1209**CTGTUC)** – A Resolução já prevê isso.

1210

1211

1212**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1213**DConama)** – Seria considerando a recomendação disposta na resolução
1214Conabio 06, de 03 de setembro de 2013, relativa a Meta 11 do objetivo
1215estratégico C. Para o eleitor eu não vou entender nada que objetivo 11 é esse.

1216

1217

1218**O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Você vai ter
1219que consultar a Resolução.

1220

1221

1222**A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Posso fazer uma sugestão?
1223Então, nós podemos dizer, considerando a recomendação disposta... Tiraria
1224assim, deixaria considerando a Resolução do Conabio 06 de 03 de setembro
1225de 2013, que dispõe sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade, para 2020,
1226relativa a Meta 11 do objetivo estratégico C. Não volta o problema.
1227Considerando, exclui a recomendação disposta, é considerando a Resolução
1228Conabio 06, de 03 de setembro de 2013, que dispõe sobre as Metas Nacionais
1229de Biodiversidade para 2020... Vírgula. A Meta 11, do objetivo estratégico C.

1230

1231

1232**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1233**DConama)** – Quando você fala em objetivo estratégico C, você tem que dizer
1234de onde que elas são. Elas são da CDB.

1235

1236

1237**A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Pode ser das Metas de Aichi,
1238pronto, não tem problema, pode ser das Metas de Aichi, da CDB.

1239

1240

1241**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1242**DConama)** – Depois de objetivo estratégico C é das Metas de Aichi, da
1243Convenção de Biodiversidade. Certo? Tira de Biodiversidade.

1244

1245

1246**O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Aí é só inserir
1247uma palavra. Dispõe sobre recomendações para as Metas Nacionais de
1248Biodiversidade.

1249

1250

1251**A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – O caput da Resolução diz,
1252dispõe sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade.

1253

1254

1255**O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – O fato é que
1256Resolução recomenda. Adota e recomenda. Tem que estar escrito aqui não
1257enganar e o leitor. Por que ele está omitindo então?

1258

1259

1260**A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Não estou omitindo, só estou
1261querendo manter uma a coerência dos instrumentos.

1262

1263

1264**O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Tem que
1265manter a coerência com Resolução. A Resolução recomenda. A Resolução
1266recomenda e isso tem que ser dito aqui, porque senão vai dar a impressão
1267para o leitor que já fechou. Então tem que ser dito que dispõe sobre
1268recomendações para as Metas de Aichi. Ou se não se copia até o próprio texto
1269que está na Resolução, porque adota e propõe ao Governo Nacional, metas
1270nacionais. É exatamente esse o texto. Você mesma leu para nós, não diz que a
1271adota e propõe ao Governo Nacional? Então, vamos transcrever aqui. A ideia
1272é: não se pode enganar o leitor e dar a impressão a ele de que essas metas já
1273viraram lei. Isso é fato. Tem várias formas de nós fazermos isso, a mais
1274simples, evidentemente, seria dispõe sobre recomendações para as metas
1275nacionais. Essa é a forma mais simples. Agora, se não quiser mais simples,
1276nós podemos ir na letra da lei trazer da própria Resolução os termos que ela
1277usa. Porque aí não tem dúvida, ela adota e propõe. Por que adota e propõe?
1278Porque havia uma necessidade de trazer um texto adequado ao País. Então,
1279como ela adotou um texto adequado ao País e ela propõe ao Governo federal
1280que aceite. Então, nós estamos esses dois caminhos, ou faz o mais simples
1281que é recomendação, ou se não ter acordo nós fazemos o mais complicado
1282que é trazer a letra da lei porque aí ninguém pode questionar porque é
1283justamente transcrição do que está escrito lá. Bom, a proposta mais simples
1284então, que dispõe sobre recomendações para as metas nacionais. Seria essa
1285daqui. Se não houver consenso nessa palavra então, nós trazemos o texto da
1286própria...

1287

1288

1289A **SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1290**DConama)** – E eu pergunto se poderia ser para até 2020. Certamente elas são
1291para até. Não é isso? Relativas. É relativa? Mas, onde? Tira o relativa e vai no
1292que tange a meta. Então, eu vou ler inteirinho.

1293

1294

1295**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1296**CTGTUC)** – Que aí eu já tenho um questionamento. O modo como nós
1297estamos dizendo ali, considerando a Resolução Conabio 06, que dispõe sobre
1298recomendações, está parecendo que a Conabio está recomendando dentro do
1299texto alguma coisa. Sendo que o que nós estamos dizendo é o contrário, o que
1300nós estamos dizendo é que a Resolução é uma recomendação para o
1301Congresso Nacional. E não que a Resolução Conabio está recomendando.

1302

1303

1304**O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Deixa-me tentar
1305entender.

1306

1307

1308**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1309**CTGTUC)** – Deixa-me tentar de novo aqui porque a Resolução Conabio vamos
1310dizer que é um instrumento legal, está valendo e ele recomenda alguma coisa
1311que 17%, 10% e etc.. Essa é a recomendação dele, uma das metas, só que o
1312que eu estou dizendo é que não é a Resolução Conabio recomendando isso
1313para o Brasil. O que eu estou dizendo é que a Resolução Conabio 06
1314recomenda ao Congresso que adote o que ela colocou na Resolução. É
1315diferente. Completamente diferente. É completamente diferente porque uma
1316coisa ela está recomendando, ela recomenda. Ponto. Por isso que eu estava
1317até tentando ler o texto da Conabio 06 nesse computador, mas nesse
1318computador pequeno a vista não deixa. Que seria considerando a
1319recomendação dada pela Resolução Conabio tal, que dispõe sobre as metas. É
1320isso que eu estou dizendo, é diferente onde está a recomendação. Que dispõe,
1321tira... Seria que dispõe sobre as Metas Nacionais de Biodiversidades para
13222020.

1323

1324

1325*(Intervenções fora do microfone. Inaudível)*

1326

1327

1328**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1329**CTGTUC)** – A minha pergunta, para em Metas de Aichi ou... Está certo. Ok.
1330Vamos lá vamos, vou fazer a leitura novamente. Estamos no azul agora gente.
1331Estamos fazendo a composição de um texto. Considerando a recomendação
1332Conabio 6, de 03 de setembro de 2013, que dispõe sobre as Metas Nacionais
1333da Biodiversidade para 2020, no que tange a Meta 11 do objetivo estratégico C,
1334das Metas de Aichi da Convenção a Diversidade Biológica, CDB.

1335

1336

1337A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do
1338DConama) – Eu só pergunto se o Conabio, se nós não temos que dizer o que
1339é Conabio, da Resolução do Conselho Nacional da Biodiversidade . Já que é
1340uma coisa...

1341

1342

1343O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da
1344CTGTUC) – Da Comissão Nacional de Biodiversidade. Alguém tem alguma
1345alteração a fazer nesse texto azul? Tem mais alguma sugestão?

1346

1347

1348O SR. CRISOMAR RAIMUNDO DA SILVA LOBATO (SEMA/PA) – Esse para
13492020 não me esclarece. É até 2020, não é em 2020 que nós vamos cumprir.
1350Nós vamos cumprindo ao longo do tempo.

1351

1352

1353O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da
1354CTGTUC) – Até. Tira o para. Ok Doutor Crisomar. Mais alguém quer dar
1355alguma sugestão no documento? No texto? Não? Posso colocar em votação?
1356Alguém é contrário à proposta azul colocada no quadro? Eu sou favorável a
1357retirada, mas sou voto vencido. Obrigado. No GT eu já falei isso. O segundo
1358considerando. Considerando a necessidade prévia... Isso já foi lido. Então,
1359tinha mais uma sugestão... Do indicadores globais de efetividade do... É final
1360disso aí. Pode colocar final. Só para colocar. Do programa... Giovanna você
1361que deu a sugestão. Do plano. Desculpa. Você tinha falado outro nome.

1362

1363

1364A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN) – Os indicadores globais eles
1365são sugeridos pelo IUCN que é uma Aliança Internacional para a Conservação
1366da Natureza e eles são adotados pela CDB como referencial para a elaboração
1367dos planos de trabalho dos países para as áreas protegidas. Que o Poupa, que
1368é o Plano de Trabalho de Áreas Protegidas. Então, podemos nós podemos
1369dizer os indicadores globais de efetividade do Plano de Trabalho de Áreas
1370Protegidas. São Planos Nacionais. Então, o Brasil tem o Plano Nacional de
1371Áreas Protegidas.

1372

1373

1374O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da
1375CTGTUC) – Então, não é Plano de Trabalho, é um Plano Nacional de Áreas
1376Protegidas que engloba tudo isso dentro de um deles, é esse que estamos
1377colocando. Esse plano é instituído por lei?

1378

1379

1380A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN) – Não. Não é um plano
1381instituído por lei, é um plano proposto pelo Ministério do Meio Ambiente à
1382Convenção de Diversidades Biológica.

1383

1384

1385A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do
1386DConama) – Me parece que isso que tem que dizer por que o leigo que olha

1387ele vê o indicador global de efetividade. Se isso for nome de uma coisa isso
1388tem que estar em maiúsculo. Esse Plano Nacional de Áreas Protegidas, você
1389tem que referenciar de onde vem esse plano.

1390

1391

1392**A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Então, talvez nós não
1393adotemos como Plano Nacional de Áreas Protegidas, talvez o ideal seja ir
1394direto à fonte que são os referenciais da IUCN. Que é a Aliança de
1395Conservação Internacional que é um referencial internacional adotado. Eu acho
1396que é melhor deixar do que do plano de trabalho que é um documento
1397Executivo.

1398

1399

1400**A SR^a. DIONE MACEDO (MME)** – Mas não pode ser colocado dos planos
1401nacionais, dos Planos Nacionais de Trabalho de Áreas Protegidas? Que aí
1402você está considerando todos, porque todo País é obrigado a... Deve ter um.

1403

1404

1405**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1406**DConama)** – Eu fico pensando que por uma norma Conama é melhor colocar a
1407IUCN de uma vez, que ela é a fonte disso. Agora, você tem que explicar, fazer
1408a tradução da IUCN em português e nós escrevemos a sigla tal em inglês.

1409

1410

1411**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1412**CTGTUC)** – Então seria indicadores globais de efetividade propostos pela...

1413

1414

1415**A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Pela União Internacional de
1416Conservação da Natureza.

1417

1418

1419**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1420**CTGTUC)** – De onde essa União? Ela da FAO, da Unesco?

1421

1422

1423**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1424**DConama)** – Entre parênteses IUCN, sigla em inglês. Agora aí você escreve
1425entre parênteses...

1426

1427

1428**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1429**CTGTUC)** – Por isso que eu estou dizendo aqui, a pessoa que está lendo isso
1430aí vai buscar essa União Internacional de Conservação da Natureza. Por isso
1431que eu pergunto...

1432

1433

1434**A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Talvez seja melhor, porque
1435assim, a IUCN é como se fosse um órgão consultor e de recomendações, e ele
1436faz essas orientações para a Comissão Mundial de Áreas Protegidas. Então,

1437que aí sim ela é ligada ao Pnuma. Ao Programa Nacional das Nações Unidas
1438para Meio Ambiente, que é ligado à ONU. Então, acho que talvez...

1439

1440

1441**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1442**CTGTUC)** – A União Internacional de Conservação para a natureza ela é dá
1443ONU?

1444

1445

1446**A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Não. Ela é uma instância de
1447assessoramento formado por países e lideranças. Então, por isso que talvez
1448seja melhor fazer uma outra sugestão, desculpa, de nós colocarmos a
1449Comissão Mundial de Áreas Protegidas, a WCPA, que essa sim é ligada à
1450ONU e passa a ter uma vinculação mais oficial do que esse órgão de
1451assessoramento. É que os manuais são da IUCN adotados pela Comissão,
1452pela WCPA. Então, eu acho que nós fazermos essa correlação e peço
1453desculpas pelo engano.

1454

1455

1456**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1457**CTGTUC)** – Vamos mudar ali. Então, é proposto pela Comissão Mundial de
1458Áreas Protegidas da ONU. Aí o que vai primeiro. Então, tem WCPA, depois de
1459áreas protegidas, WCPA da Organização das Nações Unidas.

1460

1461

1462**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1463**DConama)** – Agora depois de WCPA, entre parênteses tem que vir o que está
1464escrito ali, sigla em inglês. Sigla em inglês vem depois de WCPA, porque você
1465tem uma Comissão Mundial de Áreas Protegidas, traço WCPA, significa que
1466essa é uma sigla em inglês. Das Nações Unidas. Então, das Organizações das
1467Nações Unidas. Da Organização das Nações Unidas.

1468

1469

1470(*Intervenções fora do microfone. Inaudível*)

1471

1472

1473**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1474**DConama)** – A minha pergunta, esses indicadores globais da efetividade é um
1475nome específico. Não é? Então, não teria que estar em maiúsculo? Indicadores
1476globais?

1477

1478

1479**A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Olha só, eu fiz uma tremenda
1480confusão. Peço milhares de desculpas. é WCMC, a Comissão vinculada à
1481ONU, de áreas protegidas. É só isso. WCMC.

1482

1483

1484**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1485**CTGTUC)** – Deixa-me eu fazer. Isso mesmo, a Adriana fez uma pergunta,
1486Giovanna, se indicadores globais de efetividade, se isso é um termo para ter

1487que colocar indicadores. Então é letra maiúscula, Indicadores Globais de
1488Efetividade. E não é GE. Então, não existe sigla não. Então, eu vou fazer a
1489leitura aqui gente. Inciso I: estabelecimento de ferramentas por parte dos
1490órgãos gestores das unidades de conservação para a avaliação da efetividade
1491da gestão dessas unidades que contemplem aspecto como conservação da
1492biodiversidade, uso sustentável dos recursos naturais, bem como alcance dos
1493seus objetivos propostos. Atendendo o que couber os indicadores globais de
1494efetividade propostos pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas, WCMC,
1495sigla em inglês e da Organização das Nações Unidas, ONU. Da ONU. Alguém
1496tem mais alguma sugestão? Mais alguma sugestão? Giovanna está com a mão
1497do microfone.

1498

1499

1500**A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – É porque não é Comissão
1501Mundial de Áreas Protegidas, é o Centro de Monitoramento de Conservação
1502Mundial. É o Centro de Monitoramento de Conservação Mundial.

1503

1504

1505**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1506**CTGTUC)** – Centro de Monitoramento de Conservação Mundial.

1507

1508

1509**A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Eu acho que pode ser.

1510

1511

1512**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1513**CTGTUC)** – não tem de áreas protegidas no final não? É mundial?

1514

1515

1516**A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Ela é mundial e ele tem um
1517banco de dados de áreas protegidas. E aí ele fornece banco de dados. E aí a
1518Comissão Mundial de Áreas Protegidas, vinculadas, essa sim é vinculada à
1519IUCN, que faz as recomendações. Então, ele é proposto pela Comissão
1520Mundial de Áreas Protegidas, adotadas pelo Centro de Monitoramento, talvez
1521ao invés de proposto é adotado.

1522

1523

1524**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1525**CTGTUC)** – Em vez da palavra proposto, é adotado. Adotado pelo Centro de
1526Monitoramento de Conservação Mundial, WCNC, sigla em inglês, da
1527Organização das Nações Unidas, ONU. Ok Giovana. Ninguém tem nada
1528contrário a essa alteração?

1529

1530

1531**O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Por que você
1532tirou proposto por adotado?

1533

1534

1535**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1536**CTGTUC)** – Roberto Lorena no microfone.

1537

1538

1539 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Proposto
1540 estava melhor.

1541

1542

1543 **A SRª. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – É só uma questão de
1544 coerência de onde vem os indicadores globais. Os indicadores globais são
1545 propostos pela Comissão Mundial de Área Protegidas vinculado à IUCN. E ele
1546 é adotado por esse Centro do Monitoramento. Se quiser nós podemos escrever
1547 tudo também.

1548

1549

1550 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1551 **CTGTUC)** – Ok. Aprovado. No inciso II, como foi lido todo o documento, então
1552 eu vou direto. No Inciso II, alguém tem alguma sugestão de alteração desse
1553 inciso? Giovana? Filipe? Ok. Roberto? Contrário? Aprovado. III: tornar públicos
1554 os estudos e resultados das avaliações de efetividade das unidades de
1555 conservação.

1556

1557

1558 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1559 **DConama)** – Aqui eu tenho. É que não sei, eu estou aqui pensando, quando
1560 você recomenda você recomenda estabelecer ou estabelecimento? Eu estou
1561 no inciso I. A questão é só manter a coerência, é que me deu a impressão
1562 agora que você recomenda o verbo. Então, tem que mudar os outros dois.
1563 Então, no I tem que estabelecer ferramentas, no II aplicar, aplicar, olha no II,
1564 tem que muda rum pouquinho, aplicar avaliação de efetividade, tem que trocar,
1565 aí fica melhor aplicar, avaliação de efetividades periódicas e participativas, por
1566 parte dos órgãos gestores. Desculpa. Já vai fazer uma confusão danada.
1567 Vamos pensar antes. Aí quando chega no: que além de servirem, já deu um
1568 nó.

1569

1570

1571 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1572 **CTGTUC)** – Aplicar por parte dos órgãos gestores das unidades de
1573 conservação a avaliações, só tirar o de, avaliações de efetividade periódica,
1574 participativa. É porque além de servirem de subsídio à tomada de decisão,
1575 sirvam para demonstrar o avanço de implementação do Sistema Nacional do
1576 Snuc.

1577

1578

1579 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1580 **DConama)** – Então, eu acho duas coisas, um também sirvam às que ajudam, e
1581 eu pergunto se por parte dos órgãos gestores se ele é necessário, porque,
1582 senão a frase fica melhor sem isso. Seria aplicar avaliações de efetividade
1583 porque por parte dos órgãos gestores já é o obvio porque já é o que está dito
1584 antes. E pode ser feito por outras. Então, retirar aquilo torna mais claro. Aplicar
1585 avaliações de efetividade periódicas e participativas que além de servirem de

1586subsídio para a tomada de decisão, sirvam também para demonstrar o avanço
1587na implementação do Snuc.

1588

1589

1590**SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1591**CTGTUC)** – Só colocar uma coisa aqui, rapidinho, porque lá no considerando
1592lá em cima já coloco considerando a necessidade prévia dos órgãos gestores.
1593Ponto. Ela lembrou aqui e já veio na minha cabeça. Então, o primeiro tira,
1594estabelecer ferramentas para avaliação da efetividade. Já tira o entre vírgulas
1595daí, porque já está o órgão gestor lá em cima. Embaixo, aplicar tira também por
1596parte, aplicar avaliações de efetividade porque já está também lá em cima. E o
1597órgão gestor, tornar público os estudos e resultados de avaliação de
1598efetividade em unidade de conservação. Vocês entenderam por que eu fiz essa
1599alteração? Porque como já está colocando lá em cima na primeira linha do
1600considerando. Então, nós estávamos fazendo uma repetição de por parte dos
1601órgãos gestores. Alguém é contrário a essa alteração de tirar por parte dos
1602órgãos gestores do I e do II? Pode tirar. Tira. Vamos já tirar esse taxado aí.

1603

1604

1605(*Intervenções fora do microfone. Inaudível*)

1606

1607

1608**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1609**DConama)** – No III seria tornar públicos os estudos e resultados? Eu acho que
1610sim. Então, coloca o S no públicos. São os estudos que são tornados públicos.

1611

1612

1613(*Intervenções fora do microfone. Inaudível*)

1614

1615

1616**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1617**DConama)** – Eu não tenho certeza absoluta, por isso que eu perguntei, mas
1618para mim, você torna pública uma coisa. Se fosse feminino você diria tornar
1619pública uma ata. Então, no caso são os estudos, tornados públicos, mas não
1620tenho certeza absoluta.

1621

1622

1623**SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1624**CTGTUC)** – Se você colocar os estudos na frente, tudo bem, mas tornar
1625público, público é uma coisa singular. Os estudos e resultados. O os que vai
1626jogar todo o resto no plural. Alguém tem mais alguma alteração para fazer
1627dentro desse texto? Alguém tem mais alguma sugestão. Porque eu vou dizer,
1628dar publicidade você parece que obriga a pessoa a ir publicar. E oferecer
1629documento para todo mundo. Agora, tornar público é você deixar no site. Você
1630dar publicidade parece que está impondo você a botar em jornal, a fazer
1631panfletos. Entendeu? É o que eu entendo. Dar publicidade. Você está dando
1632publicidade. Tornar público está aqui, entra naquela lei de gestão de
1633documentos público, que é tornar público os documentos. Alguém tem mais
1634alguma coisa? Antes de colocar em votação, que eu disse que eu tinha uma
1635surpresinha para o final. Eu não vou discutir em relação ao texto, mas isso aqui

1636foi um remendo que o Conama fez para atender ONG Onda Azul, porque não
1637foi isso que ela tinha pedido. Então, isso aqui está um remendo e eu vou dizer
1638por quê? Porque isso aqui e nada, no ordenamento jurídico, é nada. Porque na
1639hora que esse documento chegar no ICMBio, ou chegar aos órgãos estaduais
1640eles vão pegar isso aqui, ok. Porque não tem implicação nenhuma tanto no a
1641Onda Azul solicitou, que era a imposição de alguns indicadores, quanto de dar
1642obrigatoriedade de se ter o estudo. A avaliação. Então, isso aqui para mim está
1643mais uma resposta para a ONG, Fundação Onda Azul, de que ela fez uma
1644solicitação e nós estamos respondendo desse jeito, mas para mim, eu acho
1645isso aqui extremamente importante porque a CNA participou disso aqui, porque
1646um dos grandes problemas das unidades de conservação hoje são os
1647agricultores que estão lá dentro. Então, nada mais do que para minha entidade
1648que representa o setor agropecuário brasileiro, patronal, é entender o porquê
1649que daquele, “problema criado ao produtor rural” se eu quero era uma resposta
1650efetiva que é a busca da conservação da biodiversidade. Agora se a pessoa
1651está lá dentro há 76 anos, acho que é 76, Itatiaia, é porque a criação da
1652unidade de conservação não buscava a conservação da biodiversidade.
1653Aparentemente parece que tinha outro princípio. Então, por isso que a CNA
1654participou ativamente desse GT, eu acho que só faltei de um, eu estava de
1655férias, foi dia 29 de janeiro. Eu acho que eu tinha acabado de chegar de férias
1656e eu não participei dele porque nós não somos contra a criação de unidades de
1657conservação, de forma alguma, mas nós queremos o que princípio da criação
1658seja seguido, seja obedecido e que o Estado se responsabilize pelo que
1659acontece ali dentro, ou seja, se a pessoa foi desapropriada, que pague. A
1660Ministra falou que existe quatrocentos e setenta e cinco milhões na conta do
1661ICMBio e no Decreto coloca lá, eu briguei muito por isso, porque no Decreto
1662coloca do Snuc, se não me engano cinco itens que você tem que seguir para o
1663uso do dinheiro. O primeiro é o pagamento da desapropriação. E o ICMBio
1664brigou e bateu dizendo que não, aquilo só colocava cinco itens e não colocava
1665a hierarquia dos números, só que até hoje Itatiaia é o exemplo que nós
1666gastamos de dar, mas no Brasil todo existem vários produtores rurais, não só
1667produtores rurais, mas moradores que estão morando dentro da unidade de
1668conservação e você não vê o resultado. Se é para melhorar mesmo a parte
1669ambiental o cara tem que sair lá de dentro e não parece isso que está
1670acontecendo. Eu não tenho proposta, no meu pensamento isso aqui é um
1671desabafo. Isso aqui é somente para dar resposta para a Fundação Onda Azul
1672que fez uma solicitação, que eu não vejo efetividade jurídica nenhuma para
1673esse texto. Antes de passar Felipe, o Roberto Lorena tinha pedido. Aí eu vou
1674deixar esses dois aqui. Na sequência os três e eu fecho para continuarmos
1675porque já são 11h45.

1676

1677

1678**O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Realmente, não
1679é mandatório, não tem dúvida, também não vai resolver o problema, mas pelo
1680menos não vai piorar. Já é um grande progresso. Mas eu acho válido sim. Eu
1681sentei aqui eu demorei a entender para que diabos serve isso, e agora no final
1682do texto eu acho válida a recomendação porque ela padroniza uma
1683metodologia, só por isso. E isso é importante. Eu sei por que é nossa área de
1684trabalho, isso faz toda a diferença. Poderia ser feito por uma Portaria, tem
1685milhões de outras formas de fazer isso. Poderia ser um ofício. E aqui não, aqui

1686é feito por uma recomendação de Conama. Eu acho válida a recomendação.
1687Eu voto favoravelmente à recomendação, pelo que ela foca, exclusivamente
1688padronizar uma metodologia que quem sabe até um dia venha nos ajudar
1689mostrando o quadro? A efetividade? Seja ela boa, seja ela ruim, mas é mais
1690uma ferramenta que nós vamos ter para mostrar, olha é desse jeito serve,
1691desse jeito não vale nada.

1692

1693

1694**O SR. FELIPE MELO REZENDE (COMAG/SIMAN/ICMBio)** – Eu queria só
1695pontuar alguns pontos, eu acho assim, se nós formos pegar o histórico do que
1696foi passado dentro do Grupo de Trabalho, eu acho que contempla
1697perfeitamente. Independente do fato de ter uma recomendação eu acho que
1698ela vem ao encontro da necessidade de nós já historicizar de que existe essa
1699preocupação, inclusive para futuramente caso entenda que os Estados já
1700estariam aparelhados o suficiente para dar isso e propor uma recomendação.
1701O fato de digamos, e assim, eu entendo que nós também estamos atendendo
1702parte das reivindicações da Fundação Onda Azul no sentido de colocar uma
1703parametrização mais genérica que é fundamental para ter a intercomunicação
1704dos diferentes sistemas e o fato de nós também ressaltarmos o aspecto da
1705participação popular, que eu acho que era a grande preocupação dentro do
1706texto originário, dentro do texto originário da Fundação Onda Azul. Quem teve
1707contato com o texto da Onda Azul ali percebe que recomendação era muito
1708genérica. Quer dizer, ela, digamos, tentativa colocar um aspecto mandatório,
1709mas ao mesmo tempo ela não tinha um desfecho disso tudo, era só dois
1710artigos, se não me engano. Então, houve um trabalho extenso para tentar
1711incorporar aquilo e ao mesmo tempo tentar incorporar a reivindicação dos
1712Estados de que eles não teriam essa capacidade operacional, e ao mesmo
1713tempo historicizar isso, quer dizer, nós estamos documentando de que houve
1714essa discussão e a tendência é que essa discussão se amplie mais. E sobre a
1715situação das unidades de conservação, só já que o João fez um destaque
1716ressaltando o aspecto da, como eu posso dizer? Do setor que ele está
1717representando, assim, o ICMBio já realiza a avaliação de efetividade periódica,
1718nós temos o período de cinco anos isso foi internalizado em várias unidades,
1719nós já temos dois ciclos de aplicação, foram praticamente todas as unidades de
1720conservação federais. Tem publicidade disso, nós temos várias publicações em
1721cima disso, além das experiências pontuais que são realizadas dentro do
1722ICMBio e dentro dos Estados, quer dizer, é uma agenda que já existe, nós só
1723tentamos contemplar em certa medida as discrepâncias que existem dentre os
1724Estados. E eu vejo como perfeitamente contemplado o que foi requisitado pela
1725Fundação Onda Azul.

1726

1727

1728**O SR. CRISOMAR RAIMUNDO DA SILVA LOBATO (SEMA/PA)** – Minha
1729preocupação em relação, eu estou aqui exatamente por isso. É o avanço das
1730pessoas nas unidades de conservação e de proteção integral na Amazônia. Eu
1731estou com em três parques invadidos e tirando pessoas de dentro, e após, eu
1732achei também que não tinha muito efetividade essa Resolução aqui, mas após
1733o comentário do Roberto é mais um documento, um instrumento de nós
1734mostrarmos sobre a problemática. Aqui no Mato Grosso o Parque Estadual do
1735Cristalino já chegaram ao limite com a soja, legalmente, se não me engano, o

1736 Governo do Estado do Mato Grosso permitiu que a zona de amortecimento
1737 fosse desmatada e plantada com agricultura e pecuária. No Estado do Pará é o
1738 Parque Estadual do Tingá, tem gente dentro, eu já remanejei 6000 pessoas,
1739 valores altíssimos, gastamos dezessete milhões de reais. Passei 6 anos
1740 remanejando gente do Parque Estadual do Tingá, fica na região metropolitana
1741 de Belém. Nesse momento eu estou em um processo no Parque Estadual das
1742 Andorinhas, no Rio Araguaia, remanejando 149 famílias num valor de treze
1743 milhões de reais. E isso tudo é muito caro. Falando de recurso financeiro para
1744 retirar. E agora eu estou com um processo, a Ouvidoria Agrária do Ministério
1745 Público Estadual está nos questionando sobre o Parque Estadual Xarapucu, o
1746 único parque, a única unidade de proteção integral na zona costeira do Estado
1747 do Pará, no Arquipélago do Marajó, a segunda zona do Brasil, uma das
1748 maiores zonas costeiras do mundo do Estado do Pará, só o Arquipélago do
1749 Marajó é maior que o Estado do Rio de Janeiro. E a única unidade de
1750 conservação, o Parque Estadual Xarapucu de sessenta e cinco mil hectares, a
1751 Ouvidoria Agrária do Ministério Público Estadual está nos questionando para
1752 revogar o parque. Porque entraram 110 famílias, uma já estava e outras foram
1753 entrando desde a criação de 2010 e eu estou muito preocupado com essas
1754 unidades de conservação, exatamente esse tema da CDB, da conservação da
1755 biodiversidade na Amazônia, em função da entrada de pessoas e o trabalho
1756 enorme que nós estamos tendo para segurar isso. o Pará tem 60% de área
1757 protegidos, mas unidades de proteção integral são 10%. Cinco e meio do
1758 ICMBio e 4 e meio do Estado do Pará. E muito mal distribuído, estão
1759 concentradas na Calha Norte e no Oeste do Estado. Eu estou aqui assim me
1760 segurando, mas eu sou Diretor de Áreas Protegidas e estou com um monte de
1761 gente, as únicas unidades de proteção integral que não estão sendo invadidas
1762 ou diminuídas como o Parque Nacional da Amazônia, é porque estão muito
1763 adiante distantes e inacessíveis como uma Estação no Pará que está na
1764 fronteira com as Guianas, não tem ninguém lá mesmo, só os índios que estão
1765 separados. É essa a preocupação que eu quero deixar aqui. E agora eu
1766 entendi. Eu também estava achando inútil, um pouco esta recomendação, mas
1767 com a explicação é um documento a mais para nós levarmos às autoridades,
1768 secretário de meio ambiente, governador de que nós precisamos medir essa
1769 efetividade. Com esse... Agora, não vejo aí uma indicação realmente do
1770 recurso financeiro que foi tocado logo cedo. É que fundos são esses, nós
1771 trabalhamos com o Fundo Estadual do Meio Ambiente, com a Operação
1772 Ambiental, que o que está à mão, porém difícilíssimo de aplicar. É um trabalho
1773 enlouquecedor, nós e a administração. Parece que nós estamos protegendo a
1774 biodiversidade na Amazônia e somos inimigos da Diretoria da Administração e
1775 Finanças porque ela nos condena, aí entra o Ministério Público, o Tribunal de
1776 Contas do Estado do Pará está dentro da minha diretoria questionando essa
1777 bendita efetividade de unidade de conservação e nós estamos nesse meio com
1778 as unidades sendo literalmente invadidas. O Parque Estadual do Xarapucu,
1779 única unidade de proteção integral da zona costeira onde está aí as Metas de
1780 Aichi para proteger o mar territorial. Estou trabalhando agora na criação de
1781 uma unidade de conservação realmente a (...) no mar territorial do Marajó que
1782 está complicadíssimo de criar porque as que já estão criadas já estão sendo
1783 pressionadas para serem diminuídas ou revogadas. Podemos imaginar as para
1784 serem criadas de proteção integral. É só um registro e eu gostei de ter um

1785documento a mais para levar para nós trabalharmos na efetividade das
1786unidades de proteção integral.

1787

1788

1789**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1790**CTGTUC)** – Antes de passar para a Giovanna me foi pedido que nós
1791passemos para os informes. Então, vou deixar a Giovanna terminar e já vamos
1792passar para o próximo item.

1793

1794

1795**A SR^a. GIOVANNA PALAZZI (ICMBio/DIMAN)** – Sobre algumas colocações
1796eu acho que a respeito da regularização nós não podemos deixar de trazer a
1797posição do instituto também com relação a isso. A priorização da aplicação dos
1798recursos de compensação ambiental hoje, elas são pelo Comitê que destina o
1799recurso, pelo menos no âmbito federal que é gerido pelo Ibama, esse comitê
1800presidido pelo Ibama, os recurso são prioritariamente sim para a regularização
1801fundiária, em segundo lugar, sim para plano de manejo, e terceiro sim para
1802implementação e em quarto sim para a pesquisa. Então, e eu acho que hoje já
1803tem uma maturidade muito maior destinação dos recursos e isso está sendo
1804colocado e, inclusive por orientação da Ministra, do Secretário-Executivo
1805Gaetani há mais de dois anos, desde que o Comitê começou a operar. Então,
1806nós não temos passivos, não tem como negar o passivo, mas também tem um
1807reposicionamento e uma reorientação que trabalha para atender essa demanda
1808que nós sabemos que é um dos principais gargalos, afinal de contas para nós
1809gerirmos a área protegida nós precisamos ter a dominialidade do território
1810daquelas que são eminentemente públicas. Então, eu acho que isso é uma
1811questão importante de ser levantada. Dentro dos indicadores globais de
1812efetividade, apesar não estar explícita a regularização fundiária e outros
1813aspectos, eles entram como indicadores. Então, a situação fundiária, a
1814dominialidade das terras entram como indicadores sim . Então, isso acaba
1815entrando numa avaliação e por isso que nós falamos da questão mais
1816genérica. Acho que as dificuldades financeiras e aí com relação à aplicação
1817dos Estados, o próprio Estado do Pará em 2007, 2008, aplicou uma avaliação
1818de efetividade em parceria com uma organização não governamental. Então,
1819eu acho que nós conseguimos buscar outros mecanismos para fazer isso
1820funcionar e aplicar. E de fato concordo também que se tem uma Resolução
1821sobre o tema seria muito mais efetivo, mas acho que nós nos solidarizamos
1822aos Estados e outros órgãos gestores justamente porque sabe das condições
1823que muitas eles não têm, principalmente os Municípios, os Estados ainda
1824conseguem correr algum recurso. Foi discutido de ter prazo para essa
1825recomendação, ou seja, estabelecer ferramentas em até dois anos, nós
1826chegamos a discutir isso no GT, mas acabamos suprimindo e não aparecendo
1827na recomendação. É uma questão de avaliação. Eu acho que desse jeito ficou
1828bom. Acho que deixa liberar com prazo de adequação, mas que nós não
1829esqueçamos de trabalhar mais para frente numa Resolução efetiva para ter
1830essa cobrança aí e esse resultado, principalmente para a sociedade e para a
1831tomada de decisão dos órgãos gestores.

1832

1833

1834 **SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
1835 **CTGTUC)** – Você não sabe o que quanto eu fico feliz em você dizer isso
1836 porque a última notícia que eu tive dada pelo presidente do ICMBio, que esteve
1837 presente em uma reunião do Conama, ele falou que regularização fundiária
1838 não era prioridade naquele momento. Então, por isso que eu coloquei isso e
1839 por isso que a CNA acompanhou todo esse GT desde o início por conta de
1840 uma do presidente do ICMBio na época, já tem alguns anos isso e isso só
1841 acendeu uma luz vermelha dentro do sistema em relação a retirar esses
1842 agricultores que estão dentro das unidades de conservação. Então, só pela
1843 formalidade, alguém é contrário à proposta de recomendação que recomenda a
1844 elaboração e a implementação de avaliação de efetividade de gestão de
1845 unidades de conservação por parte dos órgãos gestores? Alguém é contrário?
1846 Ninguém é contrário? Então, foi aprovado por unanimidade. Dando sequência à
1847 nossa pauta aqui, eu vou dizer para vocês que eu não vou parar agora meio
1848 dia porque quem for continuar aqui, pessoas que estão de fora o local mais
1849 próximo para almoço é aqui no Ministério da Agricultura, e lá só abre a partir de
1850 13h00 para quem é de fora do Ministério. Então, se vocês me autorizarem eu
1851 vou tentar entrar até 13h00, não sei se vai precisar desse tempo todo e depois
1852 nós encerramos a reunião. Ok? Então, nós vamos entrar nos informes aqui.
1853 4.1, processo número 2000.001267/2005-62. Normas para padronização dos
1854 procedimentos de monitoramento, tratamento, análise e sistematização dos
1855 dados para elaboração do Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira,
1856 RQA-ZC o proponente foi o próprio MMA, procedência dessa Câmara Técnica.
1857 Quando no antigo nome ainda. Quem vai fazer o informe?

1858

1859

1860 **SRª. LEILA SWERTS (SRHU/MMA)** – Bom dia. Leila Swerts, eu sou
1861 responsável pela Gerência Costeira do Ministério do Meio Ambiente,
1862 atualmente no processo de migração da Secretaria de Extrativismo e
1863 Desenvolvimento Rural para a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente
1864 Urbano. Eu tenho uma pequena apresentação. O objetivo aqui é apresentar e
1865 compartilhar com os senhores um trabalho que foi feito entre 2011 e 2012, teve
1866 o objetivo de ser assim, uma espécie de linha de base para essa questão da
1867 qualidade ambiental da zona costeira. Esse trabalho foi elaborado então,
1868 desenvolvido entre 2011 e 12 e contou com a colaboração dessas instituições,
1869 foi coordenado pelo MMA e pelo Ibama, mas teve uma colaboração efetiva na
1870 redação e no levantamento de dados dessas instituições. O seu conteúdo,
1871 brevemente, ele tem uma parte com a caracterização natural da zona costeira,
1872 relata um pouco sobre a dinâmica populacional, risco e vulnerabilidade, a
1873 gestão e uma reflexão final sobre a sustentabilidade desse ambiente. Na
1874 caracterização natural os ambientes da zona costeira, principalmente da zona
1875 costeira foram detalhados e foi feita uma análise. Eu vou aqui pincelar algumas
1876 informações principais do relatório. Então, foi feita uma análise da situação e
1877 do grau de proteção desses diversos ambientes dessa zona. Então, como
1878 resumo, foi feito o cálculo do percentual de cada uma dessas tipologias, o
1879 percentual da proteção em cada uma dessas áreas. Então, recifes e
1880 manguezais encontram-se sobre uma grande parte deles, sobre algum tipo de
1881 proteção. E aí então, cada ambiente tem a sua extensão, como foi mapeado,
1882 quanto aquela fisionomia ocupa e que percentagem está sob algum tipo de
1883 unidade de proteção. Em relação à dinâmica populacional, é importante

1884observar que desde 91 para cá, ou seja, duas décadas, mesmo tendo havido
1885um grande aumento da população do País, o percentual da população na zona
1886costeira basicamente se mantém com pequenas variações, um pouquinho para
1887mais um pouquinho para mais, um pouquinho para menos, mas essa fatia em
1888torno do 22, 23% da população nacional residindo na zona costeira ela se
1889mantém, isso demonstra uma dinâmica em que nós tínhamos então, por
1890exemplo, mais na década de 2000, início dos anos 2000, a maioria dos
1891município eram municípios de pequeno porte. E em 2010 o que se observou é
1892que a maioria dos municípios passaram a municípios de médio porte, ou seja,
1893identificando uma tendência a maior urbanização na zona costeira, ou seja, os
1894Municípios médios se intensificaram, cresceram. Tem essa população a mais
1895nessa região, ela foi ocupar e foi formar cidades médias, Municípios médios
1896refletindo uma tendência de urbanização nessa área. Em relação a risco e
1897vulnerabilidade, o relatório analisou o risco natural, social e o risco tecnológico,
1898com base nas informações do diagnóstico da zona costeira, publicado em 2009
1899que é um dos instrumentos do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Ele
1900prevê vários instrumento, um deles é o macro diagnóstico e o macro na sua
1901versão de 2009 fez uma análise detalhada desses aspectos. Então, o risco
1902natural envolve mais as questões, vamos dizer assim, da dinâmica natural, do
1903ambiente natural, a tendência à erosão daquela praia, características, a
1904tendência a inundação. O risco social envolve sobre esse ambiente natural, a
1905questão da população, e a aí com as suas fragilidades de saneamento, de
1906rendo e etc. que então, caracterizando um risco social para aquelas
1907populações. E o risco tecnológico está relacionado às atividades produtivas na
1908zona costeira e marinha. Então, como exploração de petróleo e gás,
1909industrialização, portos e etc.. Então, de que forma essas atividades refletem
1910ou, vamos dizer, colocam de alguma forma a região e a população em risco.
1911Então, as informações estão com base nesse estudo. A outra parte diz respeito
1912a um levantamento e uma análise sobre os instrumentos de gestão para esse
1913ambiente. Então, em primeiro lugar é importante registrar que existe um sólido
1914arranjo institucional para a gestão costeira no Brasil, estabelecido por lei, pelas
1915normas que regem, e esse arranjo institucional ele tem o MMA como um órgão
1916central de coordenação sobre a supervisão da Comissão Interministerial para
1917os Recursos do Mar, CIRM, que é uma Comissão Interministerial coordenada
1918pela Marinha, mas ela não é da Marinha, ela é de vários Ministérios, sob a
1919CIRM existe um grupo específico para a área costeira que é o grupo de
1920integração para o gerenciamento costeiro e um outro grupo chamado de G17
1921que é composto pelas coordenações Estaduais, pelos órgãos estaduais de
1922meio ambiente dos 17 Estados litorâneos no País. E a execução da gestão
1923costeira é compartilhada entre União, Estados e Município. A CIRM, como eu
1924falava, ela foi criada em 74 e ela possui vários colegiados, ela atua na forma de
1925colegiado e achamos importante colocar e isso está no relatório, para dar uma
1926ideia quais são os arranjos para a gestão desse território costeiro e marinho.
1927Então, existe uma Comissão para a questão da plataforma continental, existe
1928uma Comissão para o Programa Antártico, existe o gerenciamento costeiro,
1929como eu já mencionei, existe uma outra Comissão que é Plano Setorial para os
1930Recursos do Mar que sob ela existe uma série enorme de outros pequenos
1931colegiados. Então, a questão de observação dos oceanos que diz respeito a
1932dados oceanográficos, a questão do PPG Mar diz respeito á formação de
1933Recursos Humanos para esse ambiente, biotecnologia, pesca, uma série de

1934 outros temas que são tratados por essa Comissão. E especificamente o Gi-
1935 Gerco, aí o fundo não era para estar preto, mas achamos importante se
1936 colocar, o Gi-Gerco é o maior dos colegiados da CIRM, ele tem atualmente 25
1937 representações. A maioria são Ministérios, mas não são só Ministérios. Por
1938 exemplo, os Estados ocupam duas cadeiras com a Abema e o G17, que é a
1939 representação dos 17 Estados, os Municípios, apesar da atualmente bastante
1940 ausentes a Anamma tem uma cadeira nesse colegiado, a Academia,
1941 universidades também ocupam uma cadeira. O Ministério Público Federal
1942 ocupa uma cadeira. Sim. E por último a sociedade civil indicada pelo Conama,
1943 aquela laranja que apareceu também ocupa uma cadeira que foi até o objeto
1944 de uma eleição recente que foi feita para que houvesse a indicação de um
1945 membro do Conama para esses... Para esse ambiente. Então, é um colegiado
1946 que se reúne três vezes por ano bastante ativo. E com toda essa
1947 representatividade. Ele não é de deliberativo, ele é consecutivo, mas ele nos
1948 auxilia bastante nas pautas desse assunto. Em relação ainda... Marinha. Ali
1949 deveria estar Marinha do Brasil. Ema é o Estado Maior da Armada. Então, mas
1950 na verdade tem uma cadeira do EMA e tem uma cadeira da própria Secirm, a
1951 própria Secirm que é a Secretária-Executiva da CIRM, da Comissão, então a
1952 própria Secirm tem uma cadeira e o Estado Maior da Armada também está ali.
1953 Em relação a ainda à questão da gestão ambiental foi feito um mapeamento do
1954 percentual de áreas protegidas costeiras e marinhas e ali olhando um resumo.
1955 Então, ali foi dividido em ambientes marinhos, ambientes costeiros. Então, nós
1956 vemos que de fato a proteção nas áreas marinhas ela é muito baixa, 1,5%
1957 apenas da área está protegida. Já nas áreas costeiras essa proteção é bem
1958 maior, de quase 40% principalmente em unidades de uso sustentável, que são
1959 as Resex. E agora quando se olha no conjunto marinho e costeiro, aí o
1960 percentual de fato é baixo. Então, isso foi um levantamento também faz parte
1961 do relatório. Um outro levantamento que a foi feito foi da situação dos
1962 instrumentos de gestão nos Estados costeiros. Então, são 17 Estados e cada
1963 coluna daquela é um dos instrumentos. Como eu disse, a norma, o marco legal
1964 para a gestão costeira ele é bastante completo, os instrumentos são bastante
1965 interessantes. Então, ali nós temos o Plano Estadual de Gerenciamento
1966 Costeiro, o Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro, Sistema de
1967 Informação, Sistema de Monitoramento, relatório de qualidade ZEE Costeiro, o
1968 Zoneamento Ecológico e Econômico Costeiro, e PGI são o Projeto Orla que é
1969 um projeto municipal que faz parte dos instrumentos e é um projeto então, de
1970 gestão territorial local, é um projeto de âmbito municipal. Então, o PGI é o
1971 Plano de Gestão Integrado, é o resultado do Projeto Orla. Então, aquela
1972 quantidade à direita é quantos Municípios naquele Estado já aderiram e
1973 elaboraram o seu plano de gestão. A situação dos instrumentos na média ela
1974 ainda, vamos dizer, ela tem bastante espaço para melhorar, para que os
1975 Estados desenvolvam os seus instrumentos de gestão local. E por último, uma
1976 conclusão, o relatório analisou no final os fatores de sustentabilidade para a
1977 gestão e manutenção da qualidade desse ambiente e colocando assim como
1978 fatores principais a questão do conhecimento e informação sobre a dinâmica
1979 costeira é muito importante. Então, é importante que se continue se investindo
1980 bastante tanto na formação de gestores locais, estaduais e municipais para que
1981 conheçam melhor a dinâmica costeira e marinha para que possam gerir melhor
1982 o Estado. A questão da erosão é uma questão clássica, é preciso muito
1983 conhecimento daquela dinâmica para poder se propor a intervenções que não

1984piorem a situação como muitas vezes ocorre. Uma dificuldade está relacionado
1985com a velocidade do processo de ocupação que é muito dinâmico, não
1986precisamos detalhar isso, o que faz com que a haja uma grande complexidade
1987para o planejamento desse território, é um território altamente dinâmico e
1988obviamente planejar a ocupação de um terreno você também tem a sensação
1989de correndo atrás do rabo, é difícil, é bastante complexo. É um outubro fator
1990importante de sustentabilidade nós já comentamos, é a questão do marco legal
1991é o arranjo institucional para a gestão costeira são consistentes. Existe o Plano
1992Nacional de Geralmente Costeiro tem 25 anos, ou seja, tem uma história, esse
1993arranjo legal tem uma história, o que facilita e compromete de alguma forma o
1994compartilhamento de responsabilidades entre os entes executores. Então, era
1995isso. Foi um breve relato, um breve informe sobre o um pouco de como as
1996pinceladas do conteúdo desse relatório que como eu disse foi feito como uma
1997espécie de uma linha de base para aferição ou análise da qualidade ambiental
1998na zona costeira. Obrigada.

1999

2000

2001**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
2002**CTGTUC)** – Obrigada Leila. Algum Conselheiro tem alguma coisa a falar? Por
2003favor, Roberto.

2004

2005

2006**O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Pedir desculpa
2007a ignorância no assunto. A que se destina esse relatório?

2008

2009

2010**A SR^a. LEILA SWERTS (SRHU/MMA)** – Esse relatório é um... Você diz essa
2011versão ou...

2012

2013

2014**O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Volta, por favor,
2015no quadro da pauta da reunião. Então, nós estamos de nova padronização de
2016procedimentos de monitoramento, tratamento, análise dos dados para
2017elaboração do relatório. Então, a primeira pergunta é: esse Relatório de
2018Qualidade Ambiental da Zona Costeira. Se ele for feito ele se destina a que
2019órgão?

2020

2021

2022**A SR^a. LEILA SWERTS (SRHU/MMA)** – Esse relato é um dos instrumentos do
2023Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, na legislação a lei 7661, quando
2024ela... Na verdade, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro ele é uma
2025político, ele não se chama política porque ele foi criado no escopo da Política
2026Nacional do Meio Ambiente e a Política Nacional para os Recursos do Mar.
2027Então, na época se achou por bem chamar de plano, porém, ele tem toda uma
2028característica de uma política. Então, ele trata os instrumentos. E RQA é um
2029desses instrumentos a ser elaborado pelo ente federal e pelos entes estaduais.
2030Então, por entes federais e estaduais. Então, ele é um dos relatórios previstos
2031no plano, é um dos instrumentos previstos no plano.

2032

2033

2034 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
2035 **CTGTUC)** – Roberto, se me permite só te dizer uma coisa aqui. É que eu fiz
2036 um levantamento aqui. Isso que ela colocou do Plano Nacional de
2037 Gerenciamento Costeiro, ele aqui coloca, o Plano será elaborado com
2038 necessária atualização por um grupo de coordenação, gerido pela Secretaria
2039 da Comissão Interministerial e etc., mas ele coloca que o plano será submetido
2040 pelo grupo de coordenação à Comissão Interministerial para os Recursos do
2041 Mar, CIRM, o qual caberá aprová-lo com audiência do Conselho Nacional do
2042 Meio Ambiente. Então, pelo que eu entendi... Audiência, com audiência do
2043 Conama. Então, pelo que eu entendi todo esse documento tem que ser dentro
2044 do plano, ele tem que ser enquadrado dentro do plano, para o plano ser
2045 entregue para essa Comissão Interministerial que aqui eu não sei quais são os
2046 membros, que é a CIRM para ver se aprova ou não, a ser submetido, o qual
2047 caberá aprová-lo com audiência do Conselho Nacional de Meio Ambiente,
2048 Conama.

2049

2050

2051 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Pelo menos já
2052 não tem nada a ver com o Zoneamento Ecológico Econômico. Zero de relação.
2053 É porque lá no zoneamento existe um Decreto que manda que a Comissão
2054 determine a metodologia. Então, nós não poderíamos fazer a metodologia aqui.

2055

2056

2057 **A SR^a. LEILA SWERTS (SRHU/MMA)** – Vamos esclarecer. O Plano Nacional
2058 de Gerenciamento Costeiro é uma lei que tem instrumentos. Esse plano tem
2059 instrumentos. O Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro é um dos
2060 instrumentos. O Relatório de Qualidade Ambiental é outro instrumento. Os
2061 Planos Estaduais de Gerenciamento Costeiro é outro instrumento. Então, são
2062 instrumentos diferentes.

2063

2064

2065 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Então, nós não
2066 estaremos fazendo a metodologia que é destinada ao zoneamento que é uma
2067 atribuição da CZEE.

2068

2069

2070 **A SR^a. LEILA SWERTS (SRHU/MMA)** – Não estamos falando de zoneamento.

2071

2072

2073 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Então, esse
2074 primeiro problema já está superado. A segunda questão é, a metodologia tem
2075 que ser estabelecida pelo Conama ou pelo CIRM? É uma pergunta que eu
2076 faço, uma vez que quem vai aprovar ou não é o Conama é o CIRM.

2077

2078

2079 **SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
2080 **CTGTUC)** – Eu posso fazer uma ampliação da sua pergunta? Eu vou ampliar a
2081 sua pergunta por que eu também quando eu li isso aqui eu tentei dar uma
2082 estudada para entender isso aqui. Não sei o que a colega Leila falou agora
2083 sobre se o Conama tem ou não que fazer procedimento ou norma,
2084 metodologia. Aqui coloca o seguinte no Decreto, compete ao Ministério do Meio
2085 Ambiente, em articulação com o Ibama, definir a metodologia e propor ao
2086 Conama normas para padronização dos procedimentos de monitoramento,
2087 tratamento, análise e sistematização dos dados para elaboração do Relatório
2088 de Qualidades Ambiental da Zona Costeira no prazo de 360 a partir da data de
2089 publicação do Decreto. Pelo que eu entendo o relatório que vocês estão
2090 fazendo, aí já é uma afirmação, não está seguindo o que o Decreto manda.
2091 Pelo menos nessa parte, não no pleno todo, mas pelo menos nessa parte aqui
2092 de relatório e qualidade ambiental de zona costeira. Compete ao Ministério do
2093 Meio Ambiente, em articulação com o Ibama, definir uma metodologia e propor
2094 ao Conama normas para padronização dos procedimentos de monitoramento,
2095 tratamento, análise e sistematização dos dados para elaboração do Relatório
2096 de Qualidade Ambiental da Zona Costeira no prazo de 360 dias. É isso que eu
2097 estou dizendo, o que eu estou entendendo é aqui que já é um relatório, o
2098 relatório em cima de uma metodologia já estabelecida. É isso que eu estou
2099 dizendo, o relatório que foi apresentado para nós aqui agora está assim, seguir,
2100 espera aí, está seguindo uma metodologia que nós Conama deveríamos ter
2101 dito para eles como eles deveriam fazer o relatório. Mas se você pegar aqui o
2102 histórico, se você tivesse feito o seu dever de casa, na última reunião, não
2103 dessa, mas do dia de 03 de abril de 2013 que estava presente o senhor Álvaro,
2104 do Ibama, ele coloca aqui. Eu não vou ler tudo que ele colocou porque é
2105 imenso: a título de esclarecimento como tanto no Decreto 5.300, o Plano
2106 Nacional de Gerenciamento Costeiro, a 6.938 previa instrumentos similares só
2107 que era um Nacional e o outro de uma faixa territorial específica, ou seja,
2108 parece que tem um choque de duas coisas, só que o Decreto é posterior à
2109 6.938. Então, ele deveria estar regulamentando a lei. Foi o que eu entendi, ou
2110 seja, o capítulo da zona costeira seria o espelho do Relatório de Qualidade
2111 Ambiental da Zona Costeira basicamente isso que foi feito, ou seja. Então, está
2112 dizendo que o capítulo da zona costeira que é desse plano que ela colocou,
2113 que é um dos capítulos lá dentro, já foi feito o relatório. E está dentro do plano.
2114 Dando continuidade aqui. A questão é o que documento como um todo, pelo
2115 que eu entendi acho que é o da política, o documento total, o resultado, o
2116 RQMA ele está em processo de análise e validação pela direção do Ministério
2117 do Meio Ambiente. Ou seja, o Relatório de Qualidade do Meio Ambiente já está
2118 pronto e só está esperando a validação do Ministério do Meio Ambiente, e
2119 continuo. Então, o que eu poderia esclarecer e informar ao grupo inicialmente é
2120 isso, nós concluímos o trabalho, lembrando dentro do cronograma que foi
2121 proposto na época ao Conama que é fazer um levantamento em estado da arte
2122 principal, para o nós podermos ter um pouco de trabalho para poder receber
2123 crítica e aí sim avançar em relação a indicadores, com relação a normatização
2124 e etc.. Só que tem mais aqui, continuando. Agora o senhor João Batista. O
2125 relatório do Ibama e do MMA nós tivemos 75 instituições, mais de 500
2126 especialistas que contribuíram ao longo de um ano e meio de elaboração
2127 daquele documento, ou seja, foi um documento aberto, mas que eu como
2128 Conama nunca recebi nada nem para eu ler e entender. A Adriana colocou

2129 uma coisa aqui que isso que eu fiquei com uma pulga atrás da orelha, em
2130 relação a tudo isso o encaminhamento que o DConama está propondo para
2131 esse assunto é, aqui tem dois pontos, não sei, aqui ele está pautado só como
2132 informe, nós vamos pegar esse processo que surgiu como uma proposta de
2133 Resolução na medida em que o Ibama não fazia o seu dever de casa. O Ibama
2134 havia proposto, vinha propondo uma Resolução Conama para estabelecer
2135 esses critérios sistematizando... Sistematização dos dados e elaboração do
2136 RQMA, o que nós vamos fazer é pegar esse processo e pedir que o Ibama faça
2137 um parecer que indique como está a evolução do assunto e a pertinência do
2138 Conama para tratar dessa matéria. Continuando aqui, até o João Batista
2139 colocou: acrescento que não só Ibama, mas o Ministério do Meio Ambiente
2140 também. Daí continua a Adriana. Sim. Então, vamos fazer um pedido para os
2141 dois. Perfeito. Tanto o MMA como o Ibama avaliar a pertinência dessa Minuta
2142 tramitando no Conama. Aí nós avaliamos se essa demanda permanece no
2143 Conama ou não. Está bem? Aí o fato, eu tenho uma dúvida porque no Decreto,
2144 como eu li aqui para vocês, antes de ter o relatório nós temos que dizer para o
2145 Ibama e para o Ministério do Meio Ambiente se aquela metodologia que eles
2146 estão utilizando é a correta. E pelo que eu entendi aqui eles vão apresentar
2147 uma proposta como todas as Resoluções do Conama são colocadas como
2148 proposta e o Conama tem livre arbítrio para interferir 100% dela. Então, o que
2149 eu estou dizendo é que um documento... Ele é de 2005? Esse processo é de
2150 2005, o processo é de 2005. Então, nós estamos há 9 anos esperando um
2151 documento do Ibama que é definir a metodologia e propor para nós para que
2152 nós digamos se essa norma, padronização, procedimento, monitoramento,
2153 tratamento, análise, porque se for um resultado, se for um resultado é uma
2154 análise, e sistematização dos dados para aprovação do relatório, porque eu
2155 não estou nem aí com o Relatório de Qualidade de Meio Ambiente no momento
2156 aqui agora, eu estou preocupado com o Relatório de Qualidade Ambiental de
2157 Zona Costeira que é esse que o Decreto passou a competência para nós do
2158 Conama, dissermos se a metodologia que vai ser utilizada se está correta ou
2159 não. E tem 9 anos que nós estamos esperando, nós no ano passado
2160 recebemos um documento entregue, um documento não, uma fala dita tanto
2161 pelo senhor Álvaro quanto o senhor João Batista Câmara, de que o documento
2162 está pronto está esperando só o Ministério liberar. Eu digo que esse
2163 documento e nada, não vale porque eu não estou avaliando a metodologia, se
2164 a metodologia está correta ou não. Então, e outra cadê a resposta do Ministério
2165 do Meio Ambiente e do Ibama em relação ao questionamento feito no dia 03 de
2166 abril de 2013? Eu não recebi como membro dessa Câmara Técnica, ou como
2167 nas duas últimas reuniões, presidente da Câmara, nenhum documento dizendo
2168 nada sobre os nossos questionamentos, primeiro que o questionamento aqui é
2169 se nós vamos dar a nossa opinião ou não. Isso já está errado porque o
2170 Decreto, o Decreto repassou, nós não podemos dizer que não queremos, o
2171 decreto repassou e ponto. Enquanto não mudar o Decreto o Conama vai
2172 deliberar sobre a metodologia que o Ibama e Ministério do Meio Ambiente
2173 estão colocando para fazer o monitoramento. Não tem. Então, enquanto não
2174 mudar o Decreto o que está valendo é a nossa ordem Conama. Eu já coloco
2175 aqui. Outra. Foi feita uma solicitação de um entendimento do Ministério do Meio
2176 Ambiente que eu não recebi nenhum documento em relação aos dois. Isso de
2177 um ano para cá sendo que tem 9 anos que esse documento está rodando aqui
2178 dentro. A Ministra olhou para minha cara na reunião da Plenária e olhou para

2179mim e falou: João, nós temos que resolver. Ela até perguntou quem era o
2180presidente, ela levou um susto porque todos os presidentes são de orégão do
2181Ministério do Meio Ambiente, o único que não está sendo sou eu. Ela levou um
2182susto. Ela olhou para mim e falou: João, nós temos que correr com isso aqui.
2183Eu falei: sim, é só colocar a reunião da Câmara Técnica para nós decidirmos.
2184Só que eu não posso decidir, e eu quero que seja dito para a Ministra, eu não
2185posso decidir nada porque o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama não
2186repassaram o que tem que ser repassado para dizer. Eu acho que isso aqui
2187não poderia ser nem um informe, deveria ser Ordem do Dia já esperando o
2188documento do Ministério e do Ibama que não temos. Então, eu coloco aqui, eu
2189como, não digo nem como presidente dessa Câmara Técnica, mas como
2190Conselheiro do Conama, eu digo que o relatório que está pronto, que está a
2191validação do Ministério, para mim e nada é a mesma coisa, não tem valor
2192nenhum, nem científico, porque a metodologia que era para colocar
2193cientificamente, essa avaliação não foi validada. Deixa-me ver, eu tinha mais
2194algumas anotações para terminar e eu passo para todo mundo me bater. Eu
2195coloquei aqui registro obrigatório do RQMA, isso não tem o que dizer, registro
2196obrigatório do RQMA Zona Sul Costeira só que o Decreto diz que o Conama irá
2197regulamentar com uma proposta encaminhada. O Ibama já informou que já fez,
2198pois está junto ao RQMA. Como o Ibama já fez, se o Conama vai deliberar,
2199como é que o Ibama. Isso que eu estou colocando aqui. Então, eu fico
2200desgostoso, eu fico chateado porque não é a primeira vez que eu venho aqui
2201em reunião do Conama, que nós ficamos esperando anos por uma resposta do
2202Ministério, do Ibama ou do ICMBio ou outros órgãos que são membros aqui do
2203Sisnama, que tem que dar uma resposta do Conama e não responde, como se
2204só responde aquilo que interessa. Desculpa, mas é o que eu acho. Agora, eu
2205coloco aqui nesse informe, não sei se os outros membros vão colocar, mas eu
2206como presidente aqui vou colocar que esse documento está atrasado por não
2207envio pelo Ministério do Meio Ambiente e do Ibama da minuta de metodologia a
2208ser utilizada para padronizar os procedimentos e etc., que nem diz o Decreto
22095.300, não acho que o relatório do meio ambiente na parte que tange a
2210qualidade ambiental de zona costeira está correto. Eu já afirmo aqui
2211claramente, pode ser até que vocês apresentem a proposta e nós aceitemos
2212100%. Aí sim eu digo que está 100%, eu não discutindo se está errado ou se
2213não está errado, o que eu digo é que a metodologia não foi apresentada no
2214Conama. Então, eu coloco para a Ministra, se ela me perguntar de novo na
2215Plenária eu vou dizer: o seu Ministério atrasou na entrega dessa minuta de
2216monitoramento, tem 9 anos que ela está parada, e nós, assim, porque parece
2217que nós não estamos trabalhando. A impressão que dá é essa, recebemos
2218uma dura da Ministra na plenária do Conama, 108 pessoas fora os que estão
2219olhando, olhar para você e tipo assim, a sua Câmara Técnica não está fazendo
2220nada. A sua Câmara Técnica está com um documento tem 9 anos e vocês não
2221fazem nada, vocês estão passeando e ganhando diária. Parece que é fácil
2222levar uma bronca dessa, só que não é fácil não e eu coloco porque e a ministra
2223tem que saber que o documento está parado nessa Câmara Técnica por conta
2224da falta da minuta, porque a minuta chegando aqui nós corremos com ela,
2225fazemos reunião de 15 dias de precisar. Já tivemos uma Resolução que em um
2226mês ela ficou pronta, que foi a mais rápida que foi eu já vi na minha vida, bateu
2227o record, em um mês a Resolução ficou pronto, de floresta. Se é para nós
2228corremos, agora eu preciso do documento. Eu vou passar para a Adriana.

2229

2230

2231 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2232 **DConama)** – Tem uma questão inicial, João Carlos, na verdade, você
2233 respondeu a primeira pergunta, é a questão mais inicial, quando houve aquela
2234 fala de consulta ao Ibama e ao ICMBio, depois se verificou que aquela fala
2235 estava equivocada porque efetivamente não há o que se consultar porque você
2236 tem o comando de um Decreto. Então, isso foi percebido ao longo desse
2237 primeiro, desses primeiros meses desse ano quando foi feito um levantamento
2238 de todos os processos em tramitação, em todas as Câmaras Técnicas. Com o
2239 objetivo exatamente de deixá-los adequados à legislação dos últimos anos. E
2240 nesse momento se percebeu que esse processo tem que continuar tramitando
2241 dentro do Conama porque há uma ordem de um Decreto. Então, tanto é que
2242 ele foi apresentado na Plenária tinham dois status, em tramitação e com
2243 proposta de arquivamento. Esse foi apresentado como em tramitação. Essa é a
2244 primeira reunião depois daquela Plenária, foi pautado como informe porque ele
2245 ainda não tem, mas aí a Leila nos apresentou alguns avanços e aí eu passo
2246 para ela porque efetivamente, essa é uma tarefa do Conama.

2247

2248

2249 **A SR^a. LEILA SWERTS (SRHU/MMA)** – Eu queria fazer a conexão entre o que
2250 nós apresentamos aqui foi justamente algumas pinceladas sobre o resultado
2251 daquele relatório que o colega do ano passado anunciou que estava concluído.
2252 Então, essa é a parte no que tange a zona costeira que é o que nos interessa
2253 para essa Câmara aqui relacionada a extrato daquele trabalho. Então, esse é o
2254 trabalho que foi feito. Ele de fato não foi definida uma metodologia sistemática
2255 de um relatório de qualidade, que um relatório de qualidade necessita. Ele foi
2256 elaborado com o intuito de ser uma linha de base. Para que sobre aquilo possa
2257 ser avaliado, debatido, discutido, e proposta uma metodologia . Então, eu diria
2258 de que fato esse processo está em curso. Uma novidade, assim, que tem que
2259 ser apresentado no cenário é a questão e que foi confirmadas pelas
2260 informações que podemos levantar nessa linha de base, é a questão da
2261 urbanização. De fato a qualidade ambiental dos Municípios costeiros ela está
2262 muito diretamente relacionada à questão da questão urbana, da qualidade
2263 ambiental das cidades. E nesse momento, na nossa diretoria, que como eu
2264 comentei hoje pertence a uma Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente
2265 Urbano, essa questão da qualidade ambiental urbana vem sendo refletida e
2266 buscada, vamos dizer assim. Então, uma série de trabalhos... É uma outra
2267 gerência, nós somos a Diretoria de Zoneamento Territorial tem três gerências,
2268 Gerência Costeira, a Gerência do Zoneamento Ecológico Econômico e uma
2269 Gerência que lida com as questão urbanas. Então, essa questão da qualidade
2270 ambiental urbana vem sendo debatida na gerência, na diretoria e na secretaria
2271 e nós entendemos que a questão costeira talvez deva, vamos dizer assim,
2272 acompanhar esse movimento, porque apesar de ter algumas especificidades e
2273 têm, a questão ambiental, a dinâmica marinha e etc., e erosão que é um
2274 problema típico, mas que é uma dinâmica muito influenciada pela urbanização,
2275 pela questão urbana. Então, de fato o relatório que nós apresentamos algum
2276 conteúdo ele não foi, a metodologia não uma metodologia sistemática, claro
2277 que houve uma metodologia de levantamento, entrevistas e etc., mas de fato
2278 não se pode dizer que é uma metodologia para repetição, sistemática de

2279 monitoramento. E que essa metodologia, no nosso entendimento, ela será
2280 construída. Então, podemos dizer que isso está em processo, mas que será
2281 construída também à luz dessa questão urbana que percebemos que tem
2282 relevância e influência no ambiente costeiro.

2283

2284

2285 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
2286 **CTGTUC)** – Obrigado, Leila. Eu vou colocar umas ponderações em cima da
2287 sua fala... Por favor, Roberto.

2288

2289

2290 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Deixa-me fazer
2291 uma pergunta. Esse relatório ele vai ter que ser feito ao longo do tempo por
2292 diferentes instituições, pelo federal, pelos municípios, estadual. Ainda que se
2293 tenha feito uma vez, ainda se precisa dessa metodologia padronizada. E pelo
2294 que eu entendi você vocês não construíram ainda a metodologia padronizada,
2295 mas estariam a um passo de fazer, uma vez que já têm até a tecnologia para
2296 fazer isso.

2297

2298

2299 **A SR^a. LEILA SWERTS (SRHU/MMA)** – Eu diria que sim, porém, com esse
2300 componente, eu diria que sim, porém, inserindo, incluindo, considerando esse
2301 componente urbano pelo que já falamos antes.

2302

2303

2304 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Então, seria o
2305 caso de nós esperarmos essa metodologia e o processo seguir, porque
2306 evidentemente não se pode pegar o relatório pronto e encaminhar, nem seria o
2307 caso dessa Comissão fazer isso. O mandato da Comissão é receber a
2308 metodologia e dar prosseguimento.

2309

2310

2311 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
2312 **CTGTUC)** – Eu vou algumas ponderações aqui. Você colocou que o que
2313 processo está em curso. Eu falo brincando sempre que alguém usa esse termo
2314 que está em curso porque se estivesse no curso da agronomia já estava
2315 jubilado, porque lá são cinco anos, se você não tiver em cinco anos em meio
2316 terminado o curso você é jubilado na UnB. Então, nós corremos. Então, se
2317 esse processo tivesse em curso na UnB, ele já tinha sido jubilado há muito
2318 tempo, o curso estava em maus lençóis. Agora, o que me deixa chat, que é o
2319 que eu digo, para não dizer outro termo é porque o Decreto manda o Ministério
2320 do Meio Ambiente e o Ibama, dá um prazo de 360 dias para que a Minuta de
2321 Metodologia seja entregue ao Conama, tanto é que criou isso aí pedido do
2322 Ibama. Se eles pediram para criar isso em 2005, ou seja, um ano após, no
2323 mínimo ele pediu porque ele deveria ter um documento na mão, porque como
2324 ele vai pedir para criar uma Câmara Técnica que é uma coisa que gasta
2325 dinheiro, gasta recurso, para nada, só para dizer, só para aparecer no Decreto
2326 que criou uma Câmara Técnica para analisar um documento que eles não
2327 mandaram. Eu até eu brinco que meu chefe é advogado, quando nós
2328 colocamos algum documento no Conama e colocamos prazo ele começa a rir,

2329 porque ninguém reclama, mas isso é improbidade administrativa. Se um
2330 Decreto dá uma ordem para um órgão federal para fazer um documento, não
2331 importa, se não tiver um Decreto pedindo prorrogação, porque o órgão
2332 apresentou por A mais B porque não fez, isso é improbidade administrativa dos
2333 gestores dos coordenadores dos dois órgãos, por assim dizer, porque ele está
2334 desobedecendo uma ordem direta da Presidência da República. Então, nós
2335 estamos além da jubilados nós estamos de castigo porque nós estamos, não
2336 vou dizer 9 atrasados, não vou dizer em 10 por conta que tem os 360 dias, que
2337 temos 9 anos atrasados, 8 anos atrasados, 9 atrasados em relação a uma
2338 documentação que deveria ser entregue para o Ministério, Ibama e não foi
2339 entregue. Isso é improbidade, eu sou agrônomo, o meu chefe que é advogado
2340 ele gosta de colocar essas coisas porque é um problema que o Ministério está
2341 trazendo para si. E o que o Roberto colocou é que nós temos que esperar, sim,
2342 tem que esperar, só que eu gostaria que fosse enviado um documento para a
2343 presidência do Conama, eu vou pedir para se os membros da Câmara Técnica
2344 concordam isso, porque isso vai ser deliberado, vai ser extra pauta, que seja
2345 encaminhado um documento para o presidente do Conama, que é a Ministra,
2346 presidente do Conama porque é para ela mesma, mas assim, para a
2347 presidência do Conama pedindo informações sobre esses dois documentos,
2348 sobre este documento dos dois órgãos, pelo atraso de 9 anos em relação à
2349 solicitação do Decreto. Você tem alguma coisa a falar?

2350

2351

2352 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2353 **DConama)** – Duas ponderações. Eu estou vendo aqui como surgiu esse
2354 processo. Na verdade, tão logo foi publicado o Decreto, ele simplesmente foi
2355 aberto pela Secretaria-Executiva do Conama, e pautado na Câmara. Naquele
2356 momento a Câmara decidiu que solicitou que a Secretaria-Executiva do
2357 Conama comunicasse ao MMA e ao Ibama toda a informação necessária sobre
2358 o tema, solicitando elaboração de proposta de Resolução e encaminhamento à
2359 Câmara para discussão. Então, ele surgiu não como uma provocação dos
2360 próprios órgãos que tinham competência para elaborar, mas sim do próprio
2361 Conama chamando para si a questão, na medida em que tem a competência
2362 pelo Decreto. Na época foi ressaltada a competência da Conselheira Suplente,
2363 do MPOG, Alexandra Resque, bem como da Conselheira Titular de
2364 Pernambuco, Alexandrina Saldanha, para análise da proposta que será
2365 encaminhada pelo MMA e Ibama. Então, só ressalto isso para dizer que
2366 naquele momento, assim como, agora essa questão ainda não estava
2367 finalizada, embora o Decreto obrigue e nós não podemos deixar de levar em
2368 consideração que é uma questão de Decreto. Então, eu só fiz essa questão
2369 prévia para mostrar como é que essa questão surgiu. E a partir dali o Decreto,
2370 o processo todo ele é instruído com várias diretrizes para essa a metodologia,
2371 quer dizer, na medida em que foi avançando isso que a Leila trouxe o resultado
2372 hoje, essas questões integram o processo. Quando a outra questão, João, que
2373 você coloca, isso já foi colocado num outro momento. Então, eu faço uma
2374 colocação para os senhores, não a parte do documento que seria feito pelos
2375 membros dessa Câmara, a presidência do Ibama e etc., assim como a própria
2376 Ministra. Do meu ponto de vista de Regimento do Conama, diferente, faço essa
2377 questão agora, eu entendo que a Câmara não tem competência para fazer um
2378 documento porque esse documento tem que sair por alguém. A Câmara não

2379tem teria competência para isso, assim como o DConama também não teria
2380competência para isso . O que pode ser feito é um resultado e uma deliberação
2381nos termos em que a Câmara quiser e, inclusive no sentido de registrar que o
2382Ministério, o Ibama estão em falta e etc., etc.. aí é uma atribuição da Câmara
2383de fazer, de deliberar e disso constar no resultado. É diferente de uma Câmara
2384expedir um documento para alguém. Entende? Isso já foi tentado num GT,
2385aquele de micronutrientes. Então, eu tenho essa colocação pronta por conta
2386daquilo, naquele momento se queria que o GT ou que a Câmara expedisse um
2387documento para a Abema. Então, a questão é semelhante, nem para a Abema
2388e nem para os Estados, e nem para o presidente de institutos. O resultado e
2389uma deliberação ok, nos termos em que a Câmara quiser.

2390

2391

2392**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
2393**CTGTUC)** – Só para colocar aqui, por esta Câmara Técnica eu já encaminhei
2394três ofícios para a Ministra.

2395

2396

2397**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2398**DConama)** – Tenho conhecimento disso.

2399

2400

2401**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
2402**CTGTUC)** – E para presidente de Ibama solicitando por outros assuntos o
2403mesmo teor da conversa aqui, por conta dos outros eu não vejo problema
2404nenhum de nós encaminharmos um pedido porque eu estou fazendo não é um
2405para a Ministra, não é um documento para o Ibama, eu estou pedindo para que
2406a presidente do Conama a qual está acima de mim, elabore um ofício
2407solicitando dela, do Ministério do Meio Ambiente quanto do Ibama, resposta em
2408relação a isso aqui. O meu ofício não vai para nenhum dos dois órgãos. Isso
2409nunca porque eu não posso assinar um documento, não sou eu que assino
2410documento aqui. Agora, eu como presidente da Câmara Técnica posso pedir
2411para a presidente do Conama para que ela elabore um documento solicitando
2412informações aos dois órgãos, à secretária que trata disso e para o Ibama
2413informações sobre o procedimento de entrega da minuta de metodologia. Isso
2414eu posso.

2415

2416

2417**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2418**DConama)** – Eu tenho uma posição divergente também exatamente porque eu
2419não tinha conhecimento também dessas questões históricas. Um dos pontos
2420que você levantava era esse ponto que foi visto agora. Um dos pontos que saiu
2421esse documento era exatamente esse RQA-ZC. Permanece a minha posição,
2422você tem como registrar, fazer uma votação isso consta do resultado. Qualquer
2423coisa a mais não é competência desta Câmara. E você pode na plenária do
2424Conama fazer uma colocação para que o Secretário-Executivo, a Ministra e
2425etc., etc., tome conhecimento de uma questão que está há anos parada nos
2426termos em que você como Conselheiro julgar pertinente. Isso é uma
2427possibilidade. Dizer que a Câmara Técnica se debruçou sobre isso e que
2428faltam elementos, enfim, nos termos que lhe parecerem mais convenientes. A

2429 questão é tirar daqui uma deliberação para que seja expedido um documento
2430 isso é que me parece que cabe, embora já tenha acontecido no dia passado.
2431 Embora exatamente com base no que já aconteceu e à luz do que me parece a
2432 competência, é que eu acho que isso não cabe. Cabe uma deliberação em
2433 qualquer sentido.

2434

2435

2436 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
2437 **CTGTUC)** – A Ministra lê todos os resultados de Câmara Técnica?

2438

2439

2440 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2441 **DConama)** – Evidentemente não. Então, o que significa? Significa que a
2442 pessoa que está aqui, que é do Ministério, evidentemente vai levar. Isso é uma
2443 coisa. O registro político institucional e etc., que se quiser fazer tem que ser
2444 feito na instância que é a Plenária. Administrativamente e tecnicamente você
2445 tem uma pessoa do Ministério que irá levar isso adiante para o seu secretário e
2446 assim sucessivamente.

2447

2448

2449 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – João, eu estou
2450 de acordo que não existe no Regimento esse instrumento. Até você já pode até
2451 ter usado, mas ele não existe. No Conama eu acho da maior importância o
2452 legalismo. Porque é um meio cheio de polêmicas, cheio de problemas, então, o
2453 legalismo ele precisa ser sempre observado para se garantir direitos. Então, eu
2454 realmente estou de acordo que não está, eu não lembro, eu participei da
2455 elaboração também do regimento, eu não lembro de nós termos escrito esse
2456 instrumento. As ferramentas de expressão da Câmara Técnica são A, B e C.
2457 Esse de pedir, esse que você está propondo, é sensato, mas vamos pelo legal.
2458 Fazer uma decisão de Câmara está previsto? Nós fazemos. E aí você legenda
2459 essa decisão ao gabinete da Ministra, à Plenária, de algum jeito nós fazemos
2460 chegar nela.

2461

2462

2463 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2464 **DConama)** – Se puder eu complemento ainda, João, uma questão só para
2465 também manter o registro, com toda a consideração que nós temos pelo anos
2466 que você tem de experiência nessa Câmara, quando no início você fez a sua
2467 visão de que nós adiássemos aquela votação primeira, era ir contra o
2468 Regimento. Também não me posicionei que era para não acirrar o que estava
2469 sendo colocado. Naquela circunstância, senão fica parecendo que eu estou
2470 chamando pelo Regimento em uma situação e infringindo o Regimento em
2471 outra situação. Eu retomo esse assunto até para deixar claro isso. No que me
2472 parece naquela situação de adiar a votação, o Roberto Lorena ainda não
2473 estava, de presidente e vice a pedido do ICMBio, isso foi feito o que o
2474 Regimento diz que na vacância do presidente você tem que chamar uma outra,
2475 você tem fazer a eleição, o vice ele não é eleito, ele não permanece como
2476 presidente automaticamente quando acontece uma vacância. Ele permanece
2477 na ausência. Na ausência ele é o presidente em exercício. Então, naquela
2478 situação e naquela votação, me pareceu que estava assim, tinha obrigação de

2479pautar o assunto e a Câmara pode, como efetivamente decidiu, jogar essa
2480discussão para uma outra reunião. Não era uma infringência ao Regimento, era
2481uma deliberação por uma circunstância a Câmara avaliou que era pertinente
2482adiar. Falo isso e retomo só para não parecer que são dois pesos e duas
2483medidas, uso o regimento e não uso quando não quero. Então, só essa
2484questão.

2485

2486

2487**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
2488**CTGTUC)** – Deixa-me colocar aqui, nós lendo essas coisas aqui nos
2489perdemos. Porque que aqui nós colocamos, Art. 30: às Câmaras Técnicas
2490competem, manifestar-se, aqui não diz o modo, manifestar-se sobre consulta que
2491lhe foi encaminhada por meio da Secretaria- Executiva. Esse documento, a
2492pauta elaborada pela Secretaria-Executiva. Isso aqui é uma um informe, é uma
2493consulta e pelo que eu entendi, o que nós fazemos sobre isso? Não é o meu
2494entendimento? O que nós fazemos sobre esse processo? É só para ler? Então,
2495nós lemos e vamos embora. Agora, para mim isso está sendo apresentado,
2496como a Ministra colocou na reunião, aqui coloca, Adriana, no 30, manifestar-se
2497sobre consulta que lhe for encaminhada por meio da Secretaria-Executiva. Isso
2498é uma pauta encaminhada pela Secretaria-Executiva em comum acordo com o
2499presidente da Câmara Técnica. Ok. Então, para essa Câmara Técnica tem
2500esse documento encaminhado pela Secretaria-Executiva. Tem um informe, o
2501informe é para nós ou entendermos o que nós temos que fazer, mas é uma
2502consulta que está sendo feita para nós, senão nem estava aí. Então, eu vejo
2503pelo Regimento Interno, em cima disso aqui que nós temos, não estou dizendo
2504que vai ser ofício, que vai ser carta, que vai ser em e-mail, mas que nós temos,
2505existe uma manifestação, a princípio do presidente, por isso que eu disse que
2506tem que ser liberada, a princípio minha, porque fui eu que recebi cartão da
2507Ministra no dia da Plenária, em relação a esse documento que está parado
2508aqui há 9 anos aqui dentro. Então, a manifestação que eu quero fazer para ela
2509em cima do documento que ela brigou, se ela brigou comigo naquele é porque
2510ela deu a bronca na Câmara Técnica inteira e eu como representante. Então, a
2511resposta que eu tenho que dar para ela, porque foi ela que fez o
2512questionamento na Plenária, ou seja, foi uma consulta que ela fez, a
2513manifestação é essa, agora, não sei se é por ofício, se eu vou lá falar para ela,
2514falar a culpa sua porque o seu Ministério não fez, o órgão, o seu instituto
2515também não fez. Então, a bola não está comigo, a culpa é de vocês, ou do
2516modo mais educado e político é mandar um documento informando, olha o
2517documento está parado por conta disso e disso. ponto

2518

2519

2520**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2521**DConama)** – Eu acho que nós estamos quase chegando em um acordo, a
2522questão é o instrumento. A Câmara pode deliberar inclusive nos termos, assim,
2523de todo descontentamento e etc.. A Câmara pode deliberar. Ponto. Como isso
2524vai chegar até ela é uma outra questão, que aí eu digo, não pode no meu
2525entendimento como no passado já saiu, sair um documento da Secretaria-
2526Executiva do Conama, ou do presidente desta Câmara, ou seja, lá do que for.
2527Você pode na Plenária, como na condição de presidente e de Vice-Presidente
2528em exercício dessa Câmara, e como Conselheiro, fazer uma fala, uma

2529colocação. O que politicamente lhe dá todo o direito foi exatamente a
2530colocação, eu estava presente, ela fez uma colocação te chamando em relação
2531a isso. Então, você ainda tem mais, me parece que a forma educada é o tom
2532em que você vai dar a isso. Aí você vai dá um tom educado ou não. Agora, o
2533documento não seria escrito por nós, aí é que está, a Câmara agora delibera
2534alguma coisa, que eu não estou dizendo o que a Câmara vai deliberar,
2535evidentemente. Delibera alguma coisa, isso fica como resultado desta reunião.
2536Mesmo sendo um informe. Então, ainda tem que dizer, porque informe não tem
2537resultado. Então, tem que dizer, embora tenha sido apresentado como
2538resultado, a Câmara entendeu que sobre ela cabe, compete uma deliberação,
2539que é uma questão prévia, o resultado de deliberação, informe. E aí a partir
2540disso você como presidente pode colocar na instância correta, que é em
2541Plenário. Porque o que não pode é o DConama, a Secretaria-Executiva fazer
2542um documento mesmo que por ordem de uma deliberação da Câmara. Nós
2543não podemos fazer isso.

2544

2545

2546**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
2547**CTGTUC)** – Só para colocar, porque ela colocou dois assuntos, só para colocar
2548o negócio de legalidade aqui porque nós colocamos realmente a tapa no olho,
2549porque com relação à eleição da presidência ela coloca: em caso de vacância
2550da presidência assume o vice. Devendo ser realizada nova eleição para
2551presidente na primeira reunião subsequente.

2552

2553

2554**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2555**DConama)** – Eu acho que isso estava pautado e a Câmara fez uma
2556deliberação.

2557

2558

2559**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
2560**CTGTUC)** – Não. Já era para estar pautado em dezembro. Eu assumi como
2561Presidente no dia porque não tinha presidente e você me disse.

2562

2563

2564**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2565**DConama)** – Eu acho que como você assumiu. Eu não tenho o registro exato,
2566você assumiu a condução daquela reunião específica. Não estava era
2567presente, eu perguntei isso para a Giovanna, ela não estava presente, e você
2568conduzia daquela, mas não...

2569

2570

2571**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
2572**CTGTUC)** – Então, eu sou contrário. Vou colocar em discussão aqui dos
2573membros da Câmara, eu sou contrário, eu colocaria um documento feito por
2574esta Câmara Técnica para nós não ficarmos recebendo, porque também foi
2575erro da assessoria da Ministra de não dizer para ela porque não teve isso aqui.
2576Um erro também da assessoria em dizer: “olha João, desculpa estar atrasado
2577aquele documento lá, mas eu vou colocar o Ministério para fazer e o Ibama
2578para fazer, para você não deixar isso pendente”. Não foi isso que ela disse, ela

2579falou que a Câmara Técnica não tinha feito o trabalho. Sossego não, quando
2580eu coloco assim, porque o caboclo que estava lá recebendo o açoite nas
2581costas fui eu e fica feio, todo mundo olhando, 115 pessoas olhando para você.
2582Só para terminar. Eu vou colocar em deliberação, se os membros aqui querem,
2583não sei se pode colocar em deliberação porque não tem quórum, já coloco
2584aqui, não tem quórum, não pode deliberar, mas eu vou colocar um
2585inconformismo disso e vou dizer, não tem quórum, vou colocar... Somos 5 e
2586tem que ser que 6. Tem que ser 6. Vocês dois são um voto. E eu vou dizer
2587para ela exatamente disso que eu vou dizer, foi um erro da sua assessoria que
2588colocou isso, eu tentei colocar por escrito para só a senhora ficar sabendo, não
2589deixaram eu pedi para colocar aqui. Eu já falei as coisas para a Ministra que a
2590Ministra já ficou 6 meses sem falar comigo. Você está viajando, você está fora
2591de Brasília.

2592

2593

2594**O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – João, eu estou
2595com fome, vamos fazer o texto? Pelo menos as linhas gerais do texto.

2596

2597

2598**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
2599**CTGTUC)** – Não tem que dizer em linhas gerais, só o que tem que colocar é o
2600seguinte, não teve deliberação, não teve nada em relação a esse documento
2601porque o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente não apresentaram o
2602documento nos 9 anos que estava sobre sua análise. Ponto O que eu ia
2603colocar em deliberação era isso sair como documento da Câmara Técnica para
2604a Secretaria-Executiva entregar para a Ministra.

2605

2606

2607**O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Espera um
2608pouquinho. A linha geral do documento é que o João acabou de falar, é
2609explicar o relato e que você mostrou bem, nesse relato deve ter referência
2610como você fez o processo, dia tal o Conama pediu isso, dia tal e tal, e fazer um
2611rápido histórico com um ou dois parágrafos. Agora, precisasse que isso... Que
2612alguém elaborasse uma proposta de texto para nós não termos que fazer na
2613tela. Nós vamos ficar horas fazendo.

2614

2615

2616**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2617**DConama)** – A outra questão é a seguinte,. Thaise um voto, vocês dois são um
2618voto, dois, 3 do João...

2619

2620

2621**O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Nós não vamos
2622deliberar aqui. A minha sugestão é para uma próxima reunião, havendo
2623quórum, que vocês já venham com um texto relatando a história do tema para
2624que nós deliberemos rapidamente.

2625

2626

2627**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
2628**CTGTUC)** – Roberto, não tem nada da pendência nessa Câmara Técnica, se

2629 não entrar nenhum documento novo do Cipam aqui, próxima reunião que
2630 vamos precisar fazer é em novembro e isso para dizer feliz Natal para todo
2631 mundo.

2632

2633

2634 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Agora, de
2635 qualquer forma, João, ainda que nós não votemos uma deliberação dessas,
2636 você já tem material suficiente para próxima Plenária. Toma uma maracujina.
2637 *(Risos!)*.

2638

2639

2640 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
2641 **CTGTUC)** – Você sabe que eu sou calmo, você sabe que eu aprendi a ficar
2642 calmo.

2643

2644

2645 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Ele vai ser o
2646 malvado e eu vou ser o bonzinho na próxima reunião.

2647

2648

2649 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
2650 **CTGTUC)** – Isso vai demorar muito, Roberto. Para ficar claro então, que vai um
2651 relato desse processo dizendo que não houve o devido encaminhamento,
2652 deliberação do mesmo por falta da entrega da minuta de metodologia,
2653 conforme o Decreto 5300. Aqui não diz o Artigo.

2654

2655

2656 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
2657 **DConama)** – Foi feito o relato pela área técnico colocamos como língua / link
2658 tudo que foi apresentado aqui e colocamos a Câmara guarda proposta para dar
2659 continuidade ao enfim.

2660

2661

2662 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
2663 **CTGTUC)** – Veja se fica bom aqui. No último resultado nós vamos dizer que foi
2664 feito o relato pela área técnica, colocamos como link tudo que foi apresentado
2665 aqui e colocamos: essa Câmara aguarda proposta para dar continuidade ao...
2666 Enfim...

2667

2668

2669 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (Vice-Presidente da**
2670 **CTGTUC)** – É o que eu estou dizendo, o último ofício eu não quis falar não,
2671 mas o último ofício que eu fiz para essa Câmara Técnica foi sobre isso. Foi
2672 sobre isso. Eu que não disse, eu não quis falar. Eu fui Presidente deve ter sido
2673 há uns 4 anos atrás. Eu mandei um ofício na época quando dizia que poderia
2674 ser eu mandei um ofício para a Presidência e para o Ibama, pedi para que
2675 fosse encaminhado o ofício dessa Câmara Técnica falando sobre isso. Ou seja,
2676 nós estamos chovendo no molhado por uma coisa que não veio e tem um
2677 relatório sendo feito, depois vão dizer que o relatório está pronto, depois vamos
2678 ter que ir na Plenária dizendo que o relatório que não vale nada porque não foi

2679referendado pelo Conama, e vai ter que ser dito isso em Plenária, pelo menos
2680na parte de qualidade da zona costeira, e a mesma raiva que eu fiquei da outra
2681vez eu estou ficando hoje porque foi o único documento que eu não zerei na
2682Câmara Técnica como Presidente. Porque eu não sei se vocês se lembram, eu
2683acho que fui o único que zerou todos os documentos que estavam atrasados
2684na Câmara Técnica. Se não queria discutir põe sobrestado. Esse nós não
2685colocamos sobrestado porque tinha uma ordem do Decreto de 360 dias. Aí eu
2686pedi, manda o ofício para os dois órgãos para dizer isso e continuamos aqui.
2687Por isso que eu disser que aquele documento que nós votamos antes, para
2688mim aquilo e nada é a mesma coisa porque não coloca pena, não coloca multa,
2689não coloca nada, isso para mim não adianta. É o que acontece. Porque para
2690nós tem pena, multa, tem tudo. Alguém tem mais alguma coisa a falar em
2691relação a esse processo de Relatório de Qualidade Ambiental de Zona
2692Costeira? Alguém quer falar? Não? Então, muito obrigada a todos. Declaro
2693encerrada essa Câmara Técnica e não se preocupem que eu vou lá e vou dizer
2694que essa Câmara Técnica não tem culpa de nada. O problema vem de cima.
2695Obrigado.